



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
- CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR

# PLANO DECENAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO MUNICÍPIO DE UNIFLOR-PR



2017-2027



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
- CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR

PLANO decenal dos direitos da criança e do adolescente da cidade de Uniflor - PR: 2017-2027 / Comitê Interinstitucional para Elaboração, Implementação e Acompanhamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Org.); Departamento Municipal de Assistência Social (Equipe técnica). UNIFLOR, 2016. 100 p.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
- CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR

**PREFEITO MUNICIPAL DE UNIFLOR**

Antonio Zanchetti Netto

**VICE PREFEITO MUNICIPAL DE UNIFLOR**

Reginaldo Pacheco de Sá

**DIRETORA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Mariley Neves Ribeiro Zanchetti

**DIRETOR MUNICIPAL DA SAÚDE**

Milton Rodrigues de Souza

**DIRETORA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO**

Maria Aparecida Correa Derenzo

**PRESIDENTE DO CMDCA**

Larissa Cortez Belleze Gati



**Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Uniflor – Paraná**

**I - REPRESENTANTES DO GOVERNO:**

**Depto de Assistência Social**

**Titular:** Larissa Cortez Belleze Gati

**Suplente:** Maria das Graças Rosa Bezerra

**Depto de Saúde**

**Titular:** Vanessa Midori Kurata

**Suplente:** Cleusa Ferreira

**Depto de Educação**

**Titular:** Ivanete de Andrade Guarniéri

**Suplente:** Adriana Grandizoli Molina

**Depto de Esporte Cultura e Lazer**

**Titular:** Rafaela Derenzo de Sá

**Suplente:** Jose dos Santos

**Depto de Finanças**

**Titular:** Juliana Patricia de Moraes Peres Ribeiro

**Suplente:** Lilian Apª. Rizzo Estércio Zanoni



## **II - Representação Não Governamental**

### **Pastoral da Criança**

**Titular:** Nair Palmeira dos Santos

**Suplente:** Maria de Fátima da Silveira Martins

### **APMI- Associação de Proteção à Maternidade e a Infância**

**Titular:** Mariley Neves Ribeiro Zanchetti

**Suplente:** Maria Rosa Isidoro de Souza

### **APMI- Associação de Proteção à Maternidade e a Infância**

**Titular:** Marta Dalva de Oliveira

**Suplente:** Silvonei Maria dos Santos

### **APM- Associação de Pais e Mestres – Colégio Marques de Herval**

**Titular:** Marcia Garcia

**Suplente:** Regiani da Silva Bocarite

### **APM- Associação de Pais e Mestres- Escola Menino Jesus**

**Titular:** Eva Maria Barbosa

**Suplente:** Maria Lucia Luna



## LISTA DE ABREVIATURAS

APS - Atenção Primária à Saúde

BOU - Boletins de Ocorrência Unificados

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CF - Constituição Federal Brasileira

CT - Conselho Tutelar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

ESF - Estratégia Saúde da Família

FEBEMs - Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor

FUNABEM - Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor

FUNDEB - Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FMAS - Fundo Municipal de Assistência Social

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

LA - Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

ONU - Organização das Nações Unidas

OIT - Organização Internacional do Trabalho

OMS - Organização Mundial de Saúde



PAIF - Proteção e Atendimento Integral à Família

PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIA - Plano Individual de Atendimento

PME - Plano Municipal de Educação

PNE - Plano Nacional de Educação

PNI – Programa Nacional de Imunização

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PSC - Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade

PSE- programa Saúde na Escola

SDH - Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

SESP - Secretaria de Estado da Segurança Pública

SEED - Secretaria Estadual da Educação

SAM - Serviço de Assistência ao Menor

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SESA - Secretaria de Estado da Saúde

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SIPIA - Sistema de Informações para Infância e Adolescência

SGD - Sistema de Garantia de Direitos

SINASE - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade.



## **PALAVRA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**

O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Uniflor, tem o intuito de trazer um planejamento a longo prazo para que sociedade e poder público possam, juntos, em uma comunhão de esforços e interesses, preservar, lutar e adequar à realidade de nossas crianças e adolescentes, aos direitos e garantias protegidos e assinalados em lei.

Na busca pela efetivação dos direitos fundamentais, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente atua na busca das garantias individuais e coletivas, na manutenção dos interesses e na defesa dos direitos das crianças e adolescentes de nosso município.

Com o Plano Decenal discutido e elaborado, pretende-se garantir e, principalmente, dar efetividade ao princípio da proteção integral de crianças e adolescentes, bem como garantir as ações necessárias à efetivação de direitos, para que se consiga efetivamente a concretização da construção da personalidade das crianças e adolescentes, a efetivação da dignidade e na manutenção dos direitos fundamentais.

Somente através deste conjunto de ações, que conquistamos a participação da sociedade na construção dos projetos e planejamentos, que afetarão diretamente o futuro de nossas crianças e adolescentes.

**Larissa Cortez Belleze Gati**

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente





## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	11
MARCO LEGAL .....	16
1.1 MARCO LEGAL INTERNACIONAL .....	17
1.2 MARCO LEGAL NACIONAL.....	20
PRINCÍPIOS E EIXOS NORTEADORES.....	29
2.1- PRINCIPIOS.....	30
2.1.1-Universalização dos direitos com equidade e justiça social .....	30
2.1.2- Igualdade e direito à diversidade.....	30
2.1.3- Proteção integral para a criança e o adolescente .....	31
2.1.4- Prioridade absoluta para a criança e o adolescente .....	31
2.1.5- Reconhecimento de criança e o adolescente como sujeito de direitos.....	31
2.1.6- Descentralização político-administrativa.....	31
2.1.7- Participação e controle social .....	32
2.1.8- Intersetorialidade e trabalho em rede .....	32
2.1.9- Melhor Interesse da Criança e do Adolescente .....	32
2.2. EIXO NORTEADORES.....	33
2.2.1-Eixo 1- Direito à Vida e à Saúde.....	33
2.2.2- Eixo 2- Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade .....	37



2.2.3- Eixo 3- Direito à Convivência Familiar e Comunitária .....	39
2.2.4- Eixo 4- Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer .....	40
2.2.5- Eixo 5- Direito à Profissionalização e Proteção no Trabalho .....	41
2.2.6- Eixo 6- Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	42
3.PERFIL E LEVANTAMENTO DE CENÁRIO DE UNIFLOR/PR .....	44
3.1- ORIGEM DO NOME .....	45
3.2- HISTÓRICO .....	45
3.3- DIAGNOSTICO SOCIOTERRITORIAL .....	46
3.4- POLITICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E ADOLESCENTE .....	49
3.4.1- CMDCA .....	50
3.4.2- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente .....	53
3.4.3- Conselho Tutelar .....	53
3.5- POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL .....	54
3.6- POLITICA DE EDUCAÇÃO .....	60
3.6.1- Educação Infantil .....	61
3.6.2- Ensino Fundamental – series iniciais .....	62
3.6.3- Ensino Fundamental – series finais .....	63
3.6.4- Ensino Médio .....	64



3.6.5- Educação Especial .....	66
3.7- POLITICA DE SAÚDE.....	68
4.PLANO DE AÇÃO .....	69
EIXO 1 - DIREITO À VIDA E À SAÚDE .....	71
EIXO 2- DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE .....	78
EIXO 3- DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA.....	82
EIXO 4- DIREITO À EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER .....	83
EIXO 5- DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO.....	88
EIXO 6- FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	91
EIXO 7- REFORMA POLÍTICA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE .....	94
5- ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO.....	96
REFERÊNCIAS .....	99



## APRESENTAÇÃO





Partindo do pressuposto que há toda uma legislação em relação aos direitos da criança e do adolescente, onde aqui destacamos as duas principais sendo a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990), que amparam a elaboração de Políticas próprias voltadas a crianças e adolescentes sendo estes sujeitos de direitos, dignos de tratamento diferenciado em função de maior vulnerabilidade inerente à peculiar condição de pessoas em desenvolvimento (Plano Decenal do Estado do Paraná 2014).

Na atualidade, temos verificado que os direitos da criança e do adolescente auferem cada vez mais espaço na sociedade. Acende a idéia de que é plausível arquitetar uma sociedade mais solidária e justa, em prejuízo de uma sociedade voltada ao capital e individualista, existente nos tempos modernos. Diante disso, a família, a sociedade e o Estado são co-responsáveis por garantir à criança e ao adolescente, com integral preferência, o direito à qualidade de vida mínima, bem como por protegê-los de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A Lei Orgânica de Assistência Social- LOAS, em seu artigo 2º, traz também que o atendimento a criança é uma das prioridades da política de Assistência Social. Este conjunto de leis adotam o mesmo paradigma de defesa da cidadania, e se opõem ao assistencialismo e ao clientelismo, abrindo a perspectiva da proteção integral.

Visto que aconteceu o lançamento do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Estado do Paraná e há uma mobilização estadual (com apoio do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberando para que os municípios elaborem seus respectivos Planos), o município necessitou planejar e traçar a longo prazo (dez anos) objetivos, ações, metas e estratégias, construindo indicadores de monitoramento das políticas públicas voltadas as estes sujeitos de direitos.

O município de Uniflor, estado do Paraná, através de uma Comissão Intersetorial do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA pactuado com Executivo Municipal com o apoio das Secretarias Municipais todos



unidos para um planejamento a longo do prazo que balizará as ações daqui para frente no município, na área da criança e do adolescente, elaborou o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente no município de Uniflor.

A Comissão Intersetorial responsável por este trabalho iniciou suas atividades, contando com o apoio da Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente na coleta de informações e indicadores junto a equipamentos e atores sociais pertinentes a área, para a sistematização de um diagnóstico no que se refere ao atendimento a criança e ao adolescente no município.

Ao propor um planejamento de longo prazo, com compromissos firmados, pretende-se que essa política transcenda gestões, garantindo sua continuidade.

Como objetivos do Plano Decenal se destacam a definição de diretrizes, ações, metas, com a construção de indicadores de monitoramento das políticas públicas direcionadas ao cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes nos próximos dez anos.

Esses objetivos envolvem todas as necessidades para o bem-estar e proteção da Criança e Adolescentes, nos aspectos dos 7 eixos:

Direito à Vida e à Saúde;

Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade;

Direito à Convivência Familiar e Comunitária;

Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer;

Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho;

Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente,

Reforma Política dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Sabendo de tal compromisso em relação às políticas públicas do Estado, o município de Uniflor - Estado do Paraná, imbuídos de responsabilidade e comprometimento em promover uma vida digna às crianças e adolescentes, uniu-se à sociedade civil e demais órgãos co-responsáveis, para que haja a congregação de



esforços, recursos, propostas e ações; criando uma estrutura interligada de políticas direcionadas à efetivação dos direitos das crianças e adolescentes.

No que se refere aos direitos das crianças e adolescentes, também se buscou sua fundamentação no princípio da Dignidade da Pessoa Humana, incorporando ainda diretrizes dos Direitos Humanos no plano internacional, especificamente, seguindo os caminhos traçados na elaboração da Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

A constitucionalização dos direitos de crianças e adolescentes brasileiros, compreendida desde um enfoque histórico, representou uma importante mudança normativa na medida em que se propõe a superação de um modelo de tratamento jurídico da infância e juventude, que vigorava até o final do século XX na maioria dos países ocidentais. Assim, a nova normatividade superou a antiga “doutrina da situação irregular”, uma vez que fez opção pela “Doutrina da Proteção Integral”, base valorativa que fundamenta os direitos infanto juvenis no plano internacional.

Considerando o conjunto normativo descrito, vê-se que os direitos dos adolescentes positivados no ordenamento jurídico brasileiro não encontram grandes limites para eficácia normativa. De outra parte, a realidade da adolescência em questão ainda não reflete tal normatividade, ou seja, está longe de considerar-se atingidos os objetivos programáticos adotados pelo Brasil. Vê-se, portanto, que o limite de efetividade está para além da norma, pois se encontra no plano social. Talvez esse limite esteja no campo das dificuldades de reconhecimento, em especial da condição peculiar de desenvolvimento dos respectivos sujeitos, portanto, de sua especificidade e diferença, em relação à coletividade social.

A proteção integral da criança e do adolescente pressupõe que Estado, Família e Sociedade ajam conjuntamente para garantir o tratamento adequado a este público. A criança e o adolescente, como sujeitos de direitos, tornam-se vulneráveis, com direitos e deveres individuais e coletivos a serem resguardados. Merecem atenção especial e políticas públicas voltadas especificamente para o fortalecimento de sua rede de proteção.

A CF (1988), reconhece a especificidade dos diferentes sujeitos de direitos, buscando a redução de desigualdades, o respeito à equidade ou às diferenças que constituem a realidade social, enquanto expressão de origem, raça, sexo, cor e idade.



Neste pensamento, Estado, Família, Comunidade, Conselhos de Direitos da Criança e Adolescentes e todos os demais órgãos co-responsáveis, jurisdicionados ou não no município devem cumprir com sua missão de zelar pelos direitos das crianças e adolescentes.

Com isso, a elaboração do Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente, vem colaborar de forma sistematizada e planejada na aplicação das ações previstas a curto, médio e longo prazo. O mesmo fortalece os deveres estabelecidos por Lei que é a proteção, promoção e defesa dos direitos da criança e adolescente.

O Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente do município de Uniflor - Estado do Paraná, está dividido em cinco capítulos:

- I. Marco Legal;
- II. Princípios e Eixos Norteadores;
- III. Perfil e Levantamento do Cenário de Uniflor-PR;
- IV. Plano de Ação;
- V. Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação.





## 1-MARCO LEGAL





## 1.1 MARCO LEGAL INTERNACIONAL

As crianças e adolescentes em geral são indivíduos titulares de direitos humanos, como qualquer outra pessoa. Aliás, dada sua razão de condição de pessoa em desenvolvimento, requerem um tratamento distinto, sendo que em certos casos possuem mais direitos que os próprios adultos. É essa a conjuntura atual de compreensão da comunidade internacional sobre os direitos humanos de crianças, ratificada após várias declarações e convenções, emergidas no século XX, que passam a reconhecer a criança como objeto de proteção e sujeitos de direitos.

Até por volta da Idade Média a figura da criança era uma mera extensão do pai, sendo este único papel nas relações jurídicas da sociedade. Tratava de uma existência dos menores como bem da família e não como sujeito, não tendo outras relações jurídicas no seio da família. O termo infância como estabelecido atualmente, surgido especialmente a partir do Iluminismo é recente, sendo que até o século XII ou XIII, era inexistente na Europa. Esse conceito como concebemos hoje, é fruto da modernidade, concebida através de uma evolução cultural e histórica.

De forma geral, até por volta do século XVIII, à criança era somente a projeção do adulto em escala diminuta. Depois de livrar-se da dependência física, embaralhava-se aos adultos, ignorando as particularidades de cada período da vida, e a necessidade de preparar os menores para esse “novo mundo”. Então após o século XII e XIII, passa-se a entender que os menores deveriam de algum modo adotar um regime especial de transição para a vida adulta, onde então a infância, começa a aproximar-se do sentido contemporâneo.

Todavia, apesar das mudanças, até o século XIX, as crianças ainda costumavam trabalhar na lavoura. Porém, com a chegada da classe-média e o aumento da escolarização, o trabalho infantil passou a ser condenado pelas políticas públicas, colaborando para a separação entre a vida adulta, suas regras e convenções, e a vida das crianças.

O afastamento do mundo infantil e adulto e a noção de infância relacionam-se com as idéias iluministas e de escolarização. Essa noção se pauta no ideário que as crianças fossem removidas das ruas e colocadas nas escolas, a fim de apreender o



mundo dos adultos, desenvolvendo habilidades como ler e desenvolver sua racionalidade.

Entretanto, apesar de todas essas preocupações ainda em meados dos séculos XIX e XX, as crianças ainda estavam passando por situações de abuso, tanto na família, como no modo de produção da época, sem regulação do emprego discriminado da mão de obra infantil nas indústrias.

No início do século XX, o único tratamento jurídico destinado à infância e adolescência encontrava-se nos códigos penais aplicado aos adultos, tendo como única diferenciação o tempo de pena que era reduzido a um terço para infratores menores de dezoito anos. Às crianças e adolescentes era destinado o mesmo tratamento penal dos adultos, assim como alojados nos mesmos estabelecimentos penais, sofrendo todo o tipo de agressão, tanto física como psicológicas, sem nenhum vestígio de dignidade. Em geral não havia regulação dos governos capaz de criar um ambiente distinto de desenvolvimento para as crianças.

Dois fatores sociedade foram marcantes para a eclosão de uma preocupação com a criança, iniciando-se um novo ciclo: o descontentamento da classe operária com as condições de trabalho existentes; os horrores da primeira guerra mundial, com consequências nefastas às crianças. Com efeito, apenas no final do século XIX e início do século XX deflagraram-se vários movimentos sociais em que se pleiteava, principalmente, a redução das horas trabalhadas e da idade mínima para o trabalho, além das melhorias nas condições de trabalho de um modo geral.

Dessa forma temos o surgimento dos primeiros sistemas de proteção da criança e adolescentes. Nesse há os sistemas de proteção geral entre os quais se destacam a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, (artigo 25 e 26), o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966 (artigo 10, 12 e 13), além das convenções européias, americana e africana de direitos humanos.

Por outro lado, há também os sistemas de proteção específico que se iniciou a partir da Organização Internacional do Trabalho (OIT), instituída no Tratado de Versalhes de 1919, onde ficou definido aspectos como: a idade mínima para trabalho e a proibição de trabalho noturno a menores de dezoito anos.



Porém como primeiro documento de caráter amplo e genérico com relação à criança, temos a declaração de Genebra de 1924. Esse contempla a proteção da infância em todos os seus aspectos. Nessa os princípios serviram de base para a elaboração de inúmeros tratados internacionais e para a formulação da Doutrina da Proteção Integral das Nações Unidas para a Infância, uma construção filosófica que teve sua semente na Declaração Universal dos Direitos da Criança, em que foi desenvolvido o princípio do “interesse superior da criança”, destacando-se cuidados especiais em decorrência de sua situação de pessoa em desenvolvimento.

De maneira geral estas declarações anteriores constituíram importante fonte para o surgimento dos novos direitos e criação do sistema heterogêneo do sistema de proteção da criança.

Em 20 de novembro de 1989, a ONU institui a Convenção sobre os Direitos da Criança, que trouxe o maior número de ratificações, servindo de alicerce aos atuais parâmetros direitos de crianças e adolescentes. O Brasil reiterou esta Convenção pelo Decreto 99.710 em 24 de setembro de 1990. No mesmo ano em Nova Iorque, deu-se o Encontro Mundial de Cúpula pela Criança, na sede da ONU, em que 71 países compromissaram-se em combater a desnutrição, analfabetismo, erradicar doenças, melhorar a saúde de crianças e mulheres e, desse modo, estabeleceram a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, o Desenvolvimento e a Proteção da criança nos anos 90.

Esse conjunto de normas internacionais composto pela Convenção, pelas Regras de Beijing, pelas Diretrizes de Riad e pelas Regras mínimas, consubstanciam a doutrina das Nações Unidas de Proteção Integral à Criança, enaltecidas por possuírem força necessária em todos os países signatários, provocando mudanças efetivas nas instituições e na atuação direta do Estado.

As crianças e adolescentes progressivamente deixaram de representar um objeto das vontades e desígnios dos adultos e passaram a ser considerados como sujeitos de direitos, titulares de todos os direitos e deveres inerentes. Esse movimento internacional foi acompanhado diretamente pela legislação brasileira, como poderá ser verificado a seguir.



## 1.2 MARCO LEGAL NACIONAL

A Sociologia da Infância é uma área que busca entender a sociedade por meio do estudo da criança e que ganhou destaque no campo das pesquisas científicas na segunda metade do século XX. Além de defender a criança como atora social e a infância como uma categoria socialmente construída, a sociologia da infância tem contribuído expressivamente com estudos das crianças e das infâncias.

Assim sendo, é necessário compreender que o universo da criança e adolescente deve ser cercado de cuidados também na área social. O ambiente e o acesso aos bens culturais existentes podem interferir imensamente no desenvolvimento social. A importância da convivência saudável na comunidade em que vivem, pode definir também as estruturas emocionais de um adulto equilibrado e plenamente conhecedor do seu papel como cidadão atuante. Em termos de Brasil tem-se observado que ao longo da sua história, tem havido a ocorrência de muitas barbáries sofridas pelas crianças no país, dada a ausência de diferença no tratamento com relação aos adultos. Aliado a isso há ainda uma distinção gritante quanto às suas classes sociais.

Ao longo da história, os filhos dos grandes fazendeiros de café eram tratados como “mini reis”, com domínios, até, sobre os escravos adultos. Nisso, destaca-se a dificuldade, por exemplo, dos professores em lecionar a estes menores burgueses, além do uso por eles das crianças escravas como seus “brinquedos”. Por outro lado, a vida dos escravos e menores pobres se caracterizava, pela desumana separação de seus pais e parentes, forçando-os a aprovisionar seu próprio sustento.

Depois da promulgação da Lei Áurea (Lei Imperial n.º 3.35 sancionada em 13 de maio de 1888), os familiares de escravos ficando sem ter para onde ir, favoreceu para aumentar significativamente a população de rua, incluindo crianças e adolescentes. Por outro lado, os objetivos políticos da época delinearam-se em questões populacionais, substituição da mão-de-obra escrava, incentivo a imigração e autodefesa das camadas dominantes, o que levou a um processo de transformação da infância.



O início da Revolução Industrial viu no trabalho infantil uma opção vantajosa para o empregador, dado os custos menores com mão-de-obra. Assim com as dificuldades financeiras a própria família da criança se via obrigada a aceitar essa situação, pois dependia da renda dos mesmos para a sobrevivência. Há com isso um aumento da quantidade de menores moradores de rua, que ficaram expostos à criminalidade e outros males sociais.

Quanto à questão de conceituação das crianças de rua, principalmente após a proclamação da República, essas deixaram de ser taxados como “desvalidos” e passaram a ser chamados de “delinquentes”. Surge o termo “menor” no século XIX, levando a marginalização daqueles que não faziam parte de determinado enquadramento social: classe, etnia, gênero e cultura. A família ainda cumpria a velha função de assegurar a transmissão da vida, dos bens e dos nomes, mas não penetrava na questão da sensibilidade e aprendizagem, o que afastava os laços afetivos entre pais e filhos.

Com a necessidade de controle social, característica das sociedades liberais, o termo infância vai adquirindo uma idéia de proteção, o que confere a responsabilidade aos pais de melhorar os cuidados físicos e morais dispensados aos seus filhos, pois a família passa a condição de base construtiva do mundo infantil e precisa superar os conceitos tradicionais de opressão a criança e ao adolescente, para lutar pela concretização das políticas sociais.

Também, com o surgimento dos direitos da criança e a luta pela sua efetivação, a disciplina passa a ser a melhor forma de constituição da família. Assim, o filho passa a ser qualificado pela noção de fraqueza e inocência, que precisa ser moldado de acordo com sua classe social, sendo que aquele que não possuía família era taxado de “menor” remetendo a idéia de delinqüência e abandono, conceitos trazidos pela sociedade capitalista urbana.

Em termos de Brasil, até o século XX, não havia nenhuma legislação que resguardasse os direitos dos menores. Em linhas gerais o país possui uma trajetória de extrema dificuldade histórica e cultural.

Nesse sentido, a exploração econômica trouxe para o desenvolvimento do



Brasil problemas sociais profundos, no que diz respeito a políticas públicas e efetivação de direitos, pois se carrega uma herança de violência, descaso e opressão. Contudo, também surgiram grupos empenhados na luta pelos direitos dos menos favorecidos e pela busca de uma realidade mais justa, e, quando se aborda os direitos da criança, percebe-se que essa busca foi lenta e árdua, pois a infância ainda permanece como um dos grupos que vêm desrespeitados os seus direitos.

A concepção de criança e adolescente como categoria construída histórica e socialmente, como grupo específico que produz e reproduz a vida social, é fruto de um processo de transformação estrutural que trouxe uma nova visão para a sociedade brasileira, porém não é suficiente ouvir falar desses direitos, precisamos vivê-los, lutar por mudanças pressionando o próprio Estado e não esperando por ele.

O desenvolvimento de políticas sociais desempenhadas pelo Estado brasileiro no início do século XX, às populações carentes de recursos financeiros, era entregue aos cuidados da Igreja Católica por intermédio de algumas instituições, entre elas as Santas Casas de Misericórdia, que atuavam tanto com os doentes quanto com os órfãos e desprovidos, que tinha o intento de amparar as crianças abandonadas e de recolher donativos. Em sintonia com a política nacional da época iniciou o funcionamento do estabelecimento público pioneiro para atender menores no Rio de Janeiro (Distrito Federal). Neste mesmo caminho, em 1927, foi promulgado o primeiro Código de Menores (Código Mello Mattos), que regulava os menores em situação irregular, tratando de questões como: abandono em instituições religiosas; trabalho infantil; tutela; delinquência; pátrio poder e liberdade vigiada, concedendo plenos poderes ao juiz.

Já em 1942, foi criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM), que consistia em um órgão do Ministério da Justiça que operava como um sistema penitenciário para os menores. Mesmo sem alterações nas políticas sociais e penais no país, entre 1945 e 1964, surgiram movimentos sociais que visavam manter e ampliar os direitos já alcançados.

Por outro lado, o país ratificou a Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), em seguida, durante a ditadura militar, foi promulgada a CF de 1967 e duas





legislações acerca da criança e do adolescente: Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM – (Lei 4.513 de 01/12/64) com o objetivo de prestar assistência à infância, cuja ação era a internação dos abandonados, carentes e infratores a nível nacional e a nível estadual, as FEBEMs (Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor); já em 1979 foi criado um Novo Código de Menores (Lei 6.697 de 10/10/79).

A década de 1980 foi de extrema importância ao que se refere aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes. Foi nesse período, que a luta pelos seus direitos foi defendida por inúmeros movimentos e entidades, que obtiveram êxito, impondo aos governantes à responsabilidade de assumirem compromissos públicos com a causa dos Direitos da Infância e da Juventude.

Com a promulgação da CF de 1988, há significativos avanços para os movimentos sociais da infância brasileira, pois, até então, a organização dos grupos em torno do tema da infância era basicamente de dois tipos: os menoristas e os estatutistas. Os primeiros defendiam a manutenção do Código de Menores, que se propunha a regulamentar a situação das crianças e adolescentes que estivessem em situação irregular, já os demais defendiam uma grande mudança no código, instituindo novos e amplos Direitos às Crianças e aos Adolescentes, que passariam a ser sujeitos de direitos e a contar com uma Política de Proteção Integral.

Em 13 de julho de 1990, nasceu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei 8.069/90), passando a regular o artigo 227 da CF, tornando-se um marco na definição das garantias às crianças e aos adolescentes.

O ECA foi criado para fazer-se cumprir e regularizar as conquistas obtidas em favor da infância e da juventude. Portanto, por meio deste instrumento é que vimos expressos os direitos da criança e do adolescente, os considerando como indivíduos que necessitam de respeito por estarem em pleno desenvolvimento, e de proteção integral por parte da família, do Estado e da Sociedade.

Posteriormente, em 1990, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos da Criança e inseriu no ordenamento jurídico o ECA, que veio promover a efetividade de tais princípios para a plena garantia do desenvolvimento dos menores. Cabe





lembrar que o ECA dispõe sobre todos os direitos já abrangidos para a sociedade, levando-se em consideração a condição específica dos menores.

O ECA estabelece para meninos e meninas o direitos à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência Familiar e Comunitária. O mesmo aborda questões de políticas de atendimento, medidas protetivas ou medidas socioeducativas, entre outras providências. Tem respaldo na CF (1988), e ainda reforça que nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, por qualquer pessoa que seja.

Digiácomo, (2013), vem ao encontro desse debate que a “proteção integral à criança e ao adolescente tem como pressuposto fundamental a elaboração e implementação, de forma prioritária de políticas públicas que se materializam através de programas e serviços especializados destinados ao atendimento de crianças, adolescentes, e seus pais ou responsáveis, a começar pelas políticas sociais básicas”. Esses documentos vêm consagrar a “doutrina da proteção integral”, preconizada pela ONU, onde todas as crianças e adolescentes devem ter especial atenção para que obtenham proteção integral contra a violação de seus direitos.

A CF de 1988, em seu Art. 227, assegura que:

“É, dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e ao convívio familiar e comunitário, além de colocá-los a salvo de formas de negligência, discriminação, exploração, crueldade e de opressão”.

Evidencia-se que diante das mudanças instituídas pela CF e ECA, ocorrem avanços com relação à proteção das crianças e adolescentes como:

- Passam a ter mais direito ao respeito, à dignidade e à liberdade, e não são mais



objetos da família, da sociedade e do Estado.

- Passam a ser consideradas pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, tendo direitos especiais pelo fato de ainda não terem acesso ao conhecimento pleno de seus direitos e encontrarem-se em uma etapa de desenvolvimento que requer cuidados especiais. Por ainda não terem atingido condições de defender seus direitos, frente às omissões e transgressões capazes de violá-los. Por não contarem com meios próprios para arcarem com a satisfação das suas necessidades básicas e por se tratar de seres em pleno desenvolvimento físico, emocional, cognitivo, e sociocultural, não podendo assim responder pelo cumprimento das leis e demais deveres e obrigações da mesma maneira que os adultos.
- Passam a ter prioridade em receber proteção e socorro. A qualidade no atendimento por serviço ou órgão público, a preferência na formulação e execução das políticas sociais. Como também a destinação privilegiada de recursos públicos às áreas relacionadas com a proteção da infância e juventude.

Outro avanço na conquista dos direitos da criança e adolescente foi à criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). Este é um órgão colegiado permanente de caráter deliberativo e composição paritária, previsto no ECA. O CONANDA integra a estrutura básica da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) e tem como função coordenar as ações de promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

A criação do CONANDA está vinculada ao contexto de redemocratização e incentivo à ampliação da participação da sociedade nas decisões governamentais sobre políticas sociais, bem como no controle da implementação destas, além de refletir uma nova visão sobre os direitos de crianças e adolescentes.

O Brasil é um dos poucos países que prevê, em marco legal específico, a constituição de conselhos paritários e deliberativos na área das políticas para crianças e adolescentes, assim como a estruturação de conselhos tutelares eleitos pelas próprias comunidades. Sua criação estava prevista no ECA sendo que algumas das principais pautas com as quais o CONANDA tem trabalhado são:



- o combate à violência e exploração sexual praticada contra crianças e adolescentes;
- a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente;
- a promoção e a defesa dos direitos de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, crianças e adolescentes com deficiência;
- criação de parâmetros de funcionamento e ação para as diversas partes integrantes do sistema de garantia de direitos;e,
- o acompanhamento de projetos de lei em tramitação no CN referentes aos direitos de crianças e adolescentes.

Também merece destaque nesta contextualização histórica dos avanços voltados aos direitos da criança e do adolescente, a atuação importante do Conselho Tutelar, como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Apesar da grande burocracia que envolve o trabalho público, o SGD, visa desburocratizar e facilitar para todos os envolvidos nessa proposta de transformar a vida das crianças e adolescentes melhor e mais dignas, ofertando assim, propostas condizentes com seus direitos estabelecidos por lei.

O SGD, com base na Resolução nº 113 do CONANDA, prevê a existência de ações que fortaleçam as instituições e os operadores do SGD, com o intuito de tornar mais eficazes e melhorar a qualidade de atendimento prestado de forma sistêmica para a garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

A infância caracteriza-se como um dos principais grupos oprimidos, por sua natureza imputada de subserviência e dependência, necessitando ver efetivados os direitos que foram conquistados com significativa luta e que ainda não alcança a maior parte da população.

Partindo dessa perspectiva, estes direitos são essenciais para uma vida digna e no mínimo humana. Todavia, quando se considera o desrespeito aos direitos humanos das crianças não é preciso ir muito longe para atestar a contradição entre a



lei e a realidade social. Essa se mostra ineficaz na busca atingir os fatos de forma a envolver toda a população, principalmente, aqueles que mais necessitam da atenção do Estado, por se encontrarem em situações de falta de recursos importantes para sobrevivência, por própria falência deste Estado.

É imprescindível a superação da existência de apenas políticas públicas assistencialistas por uma ação socioeducativa e uma gestão descentralizada, com efetiva participação popular, já que a crença no Estado de Bem Estar Social não se reflete na prática, quando é colocado, por exemplo, nas medidas de proteção, que de fato nunca são efetivadas, já que faltam condições concretas ao seu pleno desenvolvimento.

Nesse sentido, a manutenção desse procedimento resulta em medidas cada vez mais repressivas na busca por respostas imediatas, intenção que já foi provada na história brasileira como ineficaz para alcançar o superior interesse da criança. Esse imediatismo para solucionar problemas de raízes profundas quase sempre se deflagra em medidas repressivas que aumentam cada vez mais o abismo entre o direito e a realidade social.

Neste sentido, no município de Uniflor- Paraná busca-se a participação direta da população na definição de suas ações, sendo assegurada, nos Conselhos de Direitos, uma composição paritária entre membros do Governo e de organizações não-governamentais. Se antes do Estatuto o Governo deliberava e controlava sozinho a política referente à criança e ao adolescente, agora cede espaço à população. É a democracia participativa insculpida na Carta Magna de 1988, em que há o estabelecimento de uma nova correlação de forças políticas e sociais, provocando a exigência de uma nova adequação e de um reordenamento, em que está colocado um embate entre o velho e novo jeito de ver, pensar e agir sobre os temas da infância e da juventude, desenvolvimento e, portanto, dignos de respeito e proteção.

O Brasil está munido de muitas leis que amparam a criança e o adolescente. Basta que a sociedade e o poder público coloquem em evidência e prática todos os direitos da criança e adolescentes e lutem por eles de maneira a transformar tudo o



que há de bom nas leis já mencionadas durante o relato do marco nacional. Desta forma, podemos projetar as nossas crianças e adolescentes de hoje para um mundo muito mais humano e digno.



## 2- PRINCÍPIOS E EIXOS NORTEADORES





## **2.1-PRINCÍPIOS**

Elencamos nove princípios compreendidos como valores essenciais incorporados pela sociedade e que representam disposições basilares para todo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente. Esses princípios fundamentam o Plano Decenal, por isso devem ser observados e nortear a elaboração, a interpretação e a implementação das políticas públicas ora estabelecidas. Os primeiros oito princípios constam no documento do CONANDA para a Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2010) e refletem as premissas da Convenção sobre os Direitos da Criança e de outros acordos internacionais da ONU na área, da Constituição Federal de 1988 e do ECA.

Com a evolução da sociedade, buscou-se formas dignas para atender as necessidades do ser humano, mais especificamente neste caso, das crianças e adolescentes. O município de Uniflor, norteia seu trabalho também baseado nos princípios que seguem abaixo, considerando-os como princípios importantes para a execução das ações relacionadas aos 6 eixos norteadores, buscando uma vida e qualidade para suas crianças e adolescentes.

### **2.1.1- Universalização dos direitos com equidade e justiça social**

Este princípio versa sobre a noção de universalidade dos direitos intrínsecos ligados à dignidade humana a igualdade. Todos os seres humanos possuem a mesma condição de humanidade e, por isso, são dignos de igual proteção jurídica. Portanto, a igualdade é à base da universalidade dos direitos, sendo que a condição de ser pessoa é o único requisito para sua titularidade.

### **2.1.2- Igualdade e direito à diversidade**

Todas as pessoas têm direito a ser respeitada e valorizada da mesma forma pelo Estado e pela sociedade, de modo que não são cabíveis tratamentos discriminatórios ou preconceituosos. O direito à igualdade das crianças e adolescentes assenta-se na premissa de que todos eles, “independentemente da



situação fática em que se encontram, merecem igualdade jurídica, merecem receber da sociedade um único regime de direitos fundamentais, livre de tratamento discriminatório ou opressivo” (MACHADO, 2003, p.50).

### **2.1.3- Proteção integral para a criança e o adolescente**

O princípio da proteção integral compreende o conjunto de direitos e suas garantias asseguradas especificamente às crianças e aos adolescentes em função de sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento. Isso porque o processo de formação física, psíquica e emocional pelo qual as crianças e adolescentes passam resulta em maior vulnerabilidade, fato que enseja a concessão de um regime de direitos especiais e direcionados às necessidades específicas inerentes ao seu desenvolvimento.

### **2.1.4- Prioridade absoluta para a criança e o adolescente**

O direito à prioridade absoluta assegurado às crianças e adolescentes contempla a primazia em receber proteção e socorro, precedência no atendimento nos serviços públicos e preferência na formulação e execução das políticas e, ainda, na destinação de recursos públicos.

### **2.1.5-Reconhecimento da criança e do adolescente como sujeito de direitos**

O reconhecimento das crianças e dos adolescentes como sujeitos de direitos significa compreendê-los como dignos de todos os direitos inerentes à pessoa humana, embora o exercício de alguns seja postergado devido à falta de capacidade específica para a prática de determinados atos. Este reconhecimento representa a afirmação de que as crianças e os adolescentes têm plena titularidade jurídica de todos os direitos fundamentais.

### **2.1.6-Descentralização político-administrativa**

A partir da Constituição Federal/1988, com o pacto federativo, os municípios





assumiram competências e atribuições até então privativas e centralizadas na União e nos Estados. O município passou a ter poder de definir estratégias para atender às suas necessidades de execução direta de atendimento. A diretriz da municipalização do atendimento estabelece que cabe ao município a criação e manutenção de programas específicos que permitam atender as peculiaridade e necessidades das crianças e adolescentes em seu território.

### **2.1.7-Participação e controle social**

As atividades representativas da sociedade civil, intituladas como entidades sociais ou sob a forma de organização não governamentais, são responsáveis, ainda, por executar parcela das políticas públicas para as crianças e os adolescentes, conforme rege o artigo, 204 CF/1988. A participação da sociedade na formulação e controle das políticas públicas mostra-se imprescindível para viabilizar a rede promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e adolescente.

### **2.1.8- Intersetorialidade e trabalho em rede**

A complexidade das situações vivenciadas pelas crianças e adolescentes, bem como a organização das políticas públicas por setores ou segmentos, impõe que o atendimento às crianças e aos adolescentes seja prestado de forma completa e satisfatoriamente.

### **2.1.9- Melhor Interesse da Criança e do Adolescente**

O princípio do melhor ou superior interesse da criança e do adolescente estabelece que os interesses destes devem sempre prevalecer em situações nas quais estejam em conflito os seus interesses e os de outras pessoas, como os de seus pais, por exemplo, com vistas à proteção integral e à plena salvaguarda dos direitos daqueles. O princípio do superior interesse da criança e do adolescente é largamente utilizado para direcionar a aplicação das normas jurídicas nos inúmeros casos concretos não previstos em lei.



O Estatuto enfatiza a relevância desse princípio mencionando-o expressamente em algumas oportunidades, como na aplicação das medidas de proteção e na verificação sobre a permanência de criança ou adolescente em acolhimento institucional. Apesar de ser mais aplicado nesses casos, o princípio do superior interesse da criança e do adolescente também deve nortear todas as ações e decisões concernentes a esse público tomadas pelas autoridades públicas e pelos dirigentes de instituições privadas.

Este princípio orienta, portanto, a atuação do legislador e do administrador público, que devem observar o que atende ao melhor interesse das crianças e dos adolescentes nos momentos da formulação de leis e políticas públicas direcionadas a eles.

## **2.2-EIXOS NORTEADORES**

### **2.2.1- Direito à Vida e à Saúde**

A CF/1988 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida e à saúde, além de diversos outros direitos que possibilitam a fruição de uma vida digna e de qualidade. Ademais, preceitua que a saúde constitui direito de todos e dever do Estado, “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (art.196, CF/1988).

Enquanto sujeitos de direitos as crianças e os adolescentes se destacam por sua peculiar condição de pessoas em desenvolvimento, os mesmos necessitam de maior atenção e proteção nesse momento. O conceito de saúde, conforme define a Organização Mundial de Saúde (OMS), não se restringe a ações isoladas de tratamento ou prevenção de doenças, mas compreende o completo bem-estar físico, mental e social (OMS, 2012).



Especificamente, é assegurado, através do artigo 7º do ECA, que toda criança e adolescente têm direito à proteção, à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. De fato, a vida e a saúde consolidam-se como os direitos mais essenciais e primários de todos os direitos fundamentais, pois somente a partir de sua realização existe razão para que os demais sejam efetivados. Assim, os direitos à dignidade, ao respeito, à educação, ao esporte, à convivência familiar, entre outros, agregam-se em torno do direito à vida, que tem a saúde como premissa que possibilita sua manutenção.

No que diz respeito ao desenvolvimento da personalidade e social, baseado nos referenciais psicanalíticos de Freud e Erickson, encontramos as fases do desenvolvimento psicosssexual e psicossocial, respectivamente. Impossível não pensá-las interconectadas entre si. Freud pensou as fases psicosssexuais tendo em vista a predominância de determinada zona erógena biológica que nos remeteria a explicações metapsicologias do desenvolvimento emocional infantil como grande motor para fixações e configuração de aspectos personificadores do indivíduo na fase adulta. Erickson postulava que as pessoas são seres ativos buscando adaptar-se ao seu ambiente, mais que passivos escravos dos impulsos, por isso os aspectos sociais e culturais interessaram tanto a estes autores, como vemos abaixo:

**De 0 a 2 anos:** Fase onde a criança está no seu período sensório motor. É nesta etapa que a criança aprende que suas ações estão relacionadas às modificações do ambiente. Aos dois anos dá-se início a fase anal, onde aparecem as tentativas de Controle e Dominação. O prazer é sentido através do estômago e mucosa de forma a controlar o ambiente e a reação das pessoas.

**Dos 2 aos 3 anos:** A socialização já é possível nesta fase, visto que a criança se torna mais curiosa. Tudo ao seu redor é fascinante, além do fato de ser muito observadora. A linguagem vai se evoluindo rapidamente e a sua imaginação não possui limites. É nesta fase que a criança acredita em lendas, personagens imaginários, entre outros. Ela já é capaz de realizar algumas atividades sozinhas, como escovar os dentes, tomar banho, comer, entre outras. Está sempre em busca de



novas conquistas. Quando a criança está próxima de completar três anos, está pronta para se interagir com outras crianças, além dos adultos.

**De 3 a 4 anos:** É com as brincadeiras que a criança começa a perceber as diferenças entre o masculino e o feminino. É nesta fase que vem a descoberta dos órgãos genitais. É comum nesta fase curiosidades referente a esta área. A criança começa a observar mais o corpo dos adultos, as diferenças, e começam a aparecer então alguns questionamentos sobre isso. É nesta fase também onde ocorre a manipulação dos órgãos genitais, visto que a criança percebe o prazer que isso proporciona. Todas essas descobertas devem ser respeitadas, afinal, faz parte do desenvolvimento natural da criança em desenvolvimento.

**Dos 4 aos 5 anos:** Fase chamada de Complexo de Édipo. Ocorrem sentimentos de desejo e rivalidade com relação aos pais. É onde a criança procura por identificação com o progenitor do mesmo sexo e afastamento do amor progenitor do sexo oposto. São fatos e experiências primordiais que apenas pararão na adolescência. A criança continua extremamente observadora, mas de forma inquieta, onde tudo a sua volta é questionada. A agitação é muito presente nessa fase, onde cabe aos pais terem paciência para repetir as regras e os limites impostos em casa. A procura pela atenção é grande, além da criança ser bem egocêntrica, não aceitando muito bem críticas. É nesta fase onde surgem diagnósticos de déficit de atenção, dificuldade de atenção e de concentração e hiperatividade, visto que a energia da criança é muito elevada, levando a uma inquietação consideradas bem intensa comparadas com sua idade cronológica.

**Dos 5 aos 6 anos:** A criança mostra empenho e entrosamento sobre a rotina da família. Seus pensamentos já ajudam a entender e procurar a pensar antes de falar qualquer coisa. É uma fase onde a criança gosta de adquirir algumas responsabilidades e toma uma postura mais séria, independente e responsável. Fixamente observadora, a criança procura nos adultos, modelos, e os imita com frequência. O centro de seu universo está ligado à figura materna. A criança sempre busca aceitação, carinho e acolhimento, circunstâncias essas imprescindíveis parte da mãe. A imagem da mesma influenciará muito a sua educação e formação de modo que é importante estimular a criança para atividades esportivas do interesse dela,



assim como ensinar a se concentrar, ler histórias de modo a participar, respeitar e apoiar a criança para que a mesma se sinta segura, adquirindo assim modelos importantes, de modo que saberá enfrentar as dificuldades futuras com muito mais tranquilidade.

**Dos 7 aos 11 anos:** Na Terceira Infância, ocorre o chamado Estágio das operações concretas, mais ou menos dos 7 aos 11 anos: a criança já possui uma organização mental integrada, os sistemas de ação reúnem-se todos integradamente. Piaget fala em operações de pensamento ao invés de ações. É capaz de ver a totalidade de diferentes ângulos. A criança conclui e consolida as conservações do número, da substância e do peso. Apesar de ainda trabalhar com objetos, agora representados, a flexibilidade de pensamento permite um sem número de aprendizagens por parte da criança. O conflito básico neste período é o de atividade x inferioridade (7 - 11anos) e corresponde ao chamado Período de Latência para Freud, conforme já descrito antes.

**Dos 12 anos em diante:** A fase seguinte é o período de transição conhecido como adolescência. Para Piaget, no estágio das operações formais, mais ou menos dos 12 anos em diante, ocorre o desenvolvimento das operações de raciocínio abstrato. A criança se liberta inteiramente do objeto, inclusive o representado, operando agora com a forma (em contraposição a conteúdo), situando o real em um conjunto de transformações. A grande novidade do nível das operações formais é que o sujeito se torna capaz de raciocinar corretamente sobre proposições em que não acredita, ou que ainda não acredita que ainda considera puras hipóteses. É capaz de inferir as consequências. Têm início os processos de pensamento hipotético-dedutivos. Os que tiveram a experiência de apaixonar-se pela primeira vez na vida, isto foi um momento adolescente em que as operações formais piagetianas foram experimentadas com toda intensidade, principalmente contrastando com o período cognitivo anterior de pensamento concreto. Esta é mais uma das mudanças significativas neste momento da vida.

**Adolescência:** A adolescência é caracterizada por inúmeros elementos, dos quais podemos referir alguns: a perda do corpo infantil, dos pais da infância e da



identidade infantil; a passagem do mundo endogâmico ao universo exogâmico; a construção de novas identificações assim como de desidentificações; a reorganização de novas estruturas e estados de mente; a aquisição de novos níveis operacionais de pensamento (do concreto ao abstrato) e de novos níveis de comunicação (do não verbal ao verbal); a apropriação do novo corpo; vivência de uma nova etapa do processo de separação-individuação; a construção de novos vínculos com os pais, caracterizados por menor dependência e idealização; a primazia da zona erótica genital; a busca de um "objeto" amoroso; a definição da escolha profissional; enfim, de muitos outros aspectos que seria possível seguir citando, mas, em síntese, referem-se à organização da identidade em seus aspectos sociais, temporais e espaciais. Se pudéssemos resumir muito sucintamente o período adolescente, diríamos uma palavra - identidade. Adolescência é um momento de vida caracterizado por uma busca constante de diferenciação, discriminação e consecução de uma identidade. Deve ser vivenciado com "flexibilidade", ou seja, o ambiente que tem um adolescente no convívio deve permitir esta experiência vital de forma flexível, que não significa nem permissividade muito menos repressividade. É poder dar-se conta que na família que tem adolescentes toda a família adolece. Superar este momento para conquistar amadurecimento é o desafio.

Neste eixo, no Plano de Ação, estarão elencadas ações que visam à garantia do direito à vida e à saúde de crianças e adolescentes, pautando a oferta, a melhoria da qualidade e a garantia de acesso aos serviços públicos.

### **2.2.2- Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade**

Os direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade são direitos primordiais de todos os cidadãos inseridos em um Estado Democrático de Direito. Esses direitos são assegurados constitucionalmente, sobretudo no art. 5º, que contém os direitos e garantias individuais e coletivos, e nos arts. 6º e 7º, que elencam os direitos sociais (CF/1988).



Transportados para a realidade da criança e do adolescente, esses direitos ganham novos contornos, de maneira que as crianças e os adolescentes têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas em desenvolvimento, mas continuam considerados como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais (art. 15, Estatuto da Criança e do Adolescente).

Considerando a peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, que passa por pleno processo de formação física, psíquica e moral, o legislador destaca o que abrange o direito à liberdade das crianças e dos adolescentes, nos termos do art. 16 do ECA:

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação

A proteção da dignidade das crianças e dos adolescentes está destacada no art. 18 do Estatuto, segundo o qual é dever de todos zelar por sua dignidade, salvaguardando-os de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante ou constrangedor. Essa previsão foi formulada em consonância com princípios da Declaração e da Convenção da ONU, bem como com a CF/1988 (art. 227).

Todas as pessoas, portanto, são responsáveis por zelar pelo efetivo cumprimento do direito à dignidade. No caso de conhecimento de violações ou desrespeito à dignidade da criança e do adolescente deve haver a comunicação para





as autoridades competentes, principalmente ao Ministério Público, para que sejam tomadas as medidas necessárias.

### **2.2.3- Direito à Convivência Familiar e Comunitária**

Não há dúvidas de que o melhor lugar para o desenvolvimento de uma criança é o núcleo familiar, preferencialmente em sua família natural, na qual a criança seja esperada e querida, onde seja cercada de afeto, carinho e cuidado durante seu crescimento. É necessário, para que a criança e o adolescente atinjam a plenitude em seu desenvolvimento de suas potencialidades, que cresçam em um ambiente adequado, no qual lhes sejam supridas suas necessidades básicas, sejam elas físicas, morais, psíquicas e afetivas.

O Estatuto afiança especificamente o direito da criança e do adolescente à convivência familiar e comunitária, em ambiente que ofereça a concretização de todos os direitos inerentes à sua condição especial de desenvolvimento. Nesses termos, toda criança e adolescente têm direito a serem criados e educados no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (art. 19, Estatuto).

A efetivação do direito à convivência familiar e comunitária é, pois, imprescindível para o ideal e completo desenvolvimento das crianças e adolescentes, porquanto “a família continua sendo sempre o espaço privilegiado, único e insubstituível de socialização, prática de tolerância e divisão de responsabilidades, além de celeiro para o exercício da cidadania, do respeito e dos direitos humanos” (CURY, 2012).

Nessa análise, é necessário verificar sempre o que mais atende ao melhor interesse da criança e do adolescente, envidando esforços no sentido de que todos os seus direitos fundamentais sejam concretizados.





Assim, no eixo referente a este direito fundamental, no Plano de Ação, localizam-se ações de proteção e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, reordenamento dos serviços de acolhimento, garantia de exames gratuitos para investigação de paternidade, dentre outras.

#### **2.2.4- Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer**

O direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer para a criança e para o adolescente são assegurados constitucionalmente. Como direito de todos e dever do Estado e da família, a educação deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. No que se refere à cultura, é assegurado a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, com apoio e incentivo estatal para a valorização e a difusão das manifestações culturais. As práticas desportivas e o lazer, como formas de promoção social, serão também fomentados (arts. 205, 215, 217, 227 da CF/1988).

Após a família, a escola é o segundo meio comunitário em que a criança estará inserida, lugar em que estabelecerá suas primeiras relações em sociedade. A escola, portanto, é uma instituição fundamental que atua na complementação do desenvolvimento pessoal e integral das crianças e dos adolescentes, proporcionando não só a aquisição de conhecimentos científicos, mas também a formação social, moral e cidadã, viabilizando a expressão e realização de todas as suas potencialidades humanas.

O Estatuto, em simetria com os ditames constitucionais, determina que todas as crianças e os adolescentes têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (art. 53, Estatuto). Os deveres do Estado a fim de viabilizar a efetividade do direito à educação estão expressos no Estatuto da Criança e do Adolescente, através do artigo 54, e representam reais garantias para as crianças e adolescentes:



Art. 54. É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador;

VII - atendimento no ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

§ 1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§ 2º O não oferecimento do ensino obrigatório pelo poder público ou sua oferta irregular importa responsabilidade da autoridade competente.

§ 3º Compete ao poder público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer-lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsável, pela frequência à escola.

#### **2.2.5- Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho**

A profissionalização e a proteção no trabalho são direitos fundamentais assegurados aos adolescentes a partir dos 14 anos. O direito à profissionalização visa a proteger o interesse dos adolescentes de se prepararem adequadamente para o



exercício do trabalho na vida adulta, visto que a qualificação profissional é elemento essencial para a inserção futura no mercado de trabalho (MACHADO, 2003, p.188).

No entanto, toda a abordagem sobre o trabalho permitido ao adolescente, seja no âmbito da profissionalização ou fora dela, deve ser realizada com especial cautela e atenção, em razão de sua condição peculiar de desenvolvimento e da proteção excepcional e integral a que faz jus. O respeito às normas que regulamentam a proteção no trabalho para os adolescentes é, pois, fator determinante para que outros direitos fundamentais não sejam violados, bem como para que não haja consequências prejudiciais ao desenvolvimento daqueles.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dedica à questão do trabalho todo o seu capítulo V. O trabalho da criança (0 a 12 anos) fica terminantemente proibido, conforme artigo 60; entre 12 e 14 anos é permitido o trabalho apenas na condição de aprendiz, ou seja, somente após os 14 anos, o adolescente pode estabelecer uma relação normal de trabalho.

O Estatuto reforça de forma expressa o direito do adolescente à profissionalização e à proteção no trabalho, corroborando toda a normatização já exposta, sobretudo os limites estabelecidos ao trabalho do adolescente. O trabalho permitido a este deve respeitar as premissas do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e a capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

#### **2.2.6 -Fortalecimento das Estruturas do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente**

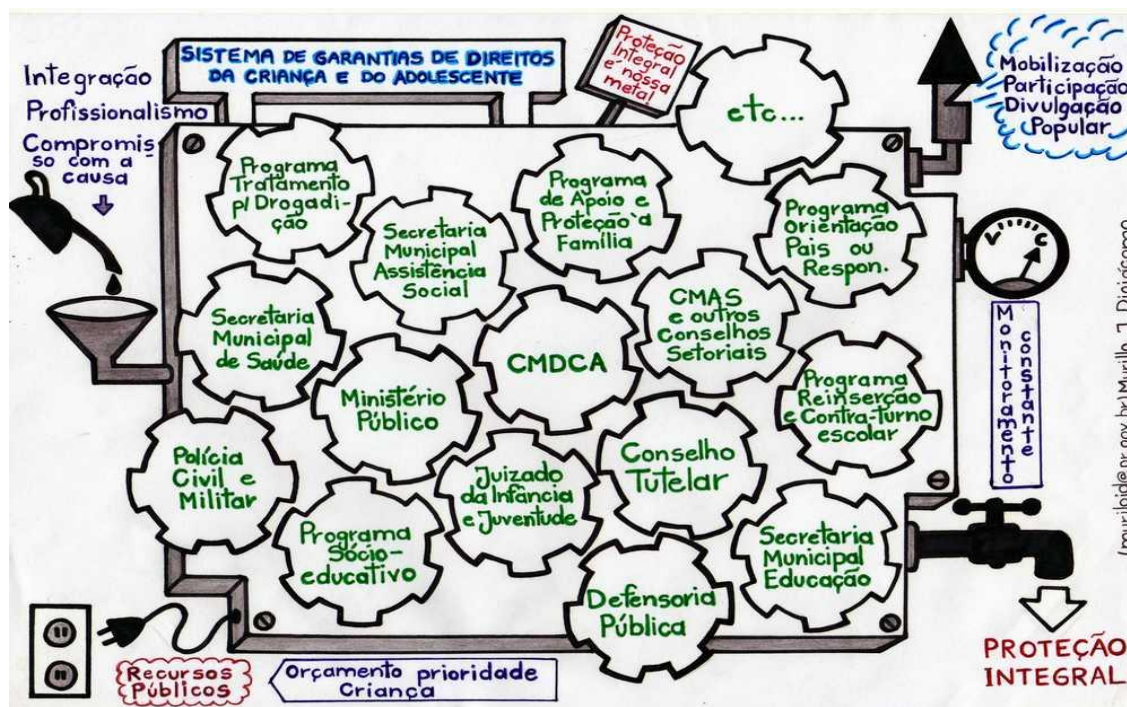
Para a consolidação da Doutrina da Proteção Integral preconizada na CF/1988 e no Estatuto, o Brasil caminhou para a estruturação de um sistema que organiza a proteção e a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, estabelecendo atribuições e funções e institucionalizando a integração entre os órgãos que atuam nesta área. O Estatuto, apesar de definir responsabilidades dos entes, não



organizou formalmente e de maneira integrada as instituições que atuam na garantia de direitos.

O SGD é a integração de vários sistemas que convergem para a proteção integral de crianças e adolescentes. O mesmo significa um grande avanço na proteção de crianças e adolescentes. O SGD só existe na interlocução com outros sistemas e políticas públicas, como o de saúde, de assistência social, dentre outros.

A política de atendimento das crianças e dos adolescentes operacionaliza-se por meio de serviços e programas das mais diversas políticas públicas, da execução de medidas de proteção desses direitos, bem como da execução de medidas socioeducativas. Essa política especializada deve funcionar de forma transversal e intersetorial, com a articulação de todas as políticas públicas de infraestrutura, institucionais, econômicas e sociais, e com a integração de todas as suas ações, a fim de que seja alcançada a efetivação de todos os direitos fundamentais das crianças e dos adolescentes.





### 3- PERFIL E LEVANTAMENTO DO CENÁRIO DE UNIFLOR/PR





### 3.1- ORIGEM DO NOME

Dizem que quando os engenheiros da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná passaram por este lugar estava uma seca muito grande e em meio a vegetação castigada nas margens de um córrego eles encontraram apenas uma flor, então passaram a chamar “Córrego Uniflor”, e onde hoje é a cidade colocaram uma placa dizendo “Futuro Patrimônio de Uniflor”. Segundo a etimologia da palavra – “Uniflor”- provém do adjetivo - *uno= único, só, singular + flor = flor única* = “Uniflor”, palavra feminina.

### 3.2-HISTÓRICO

A partir do ano de 1.945 quando a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná estendeu sua ação colonizadora para a região cognominada “Norte Novíssimo” é que de fato a região começou a ser freqüentada pelos investidores e agricultores na busca de desbravar uma floresta intocável, para que dela pudesse florescer riquezas e desenvolvimento. Foi aberta na mata ainda despovoada uma enorme picada que as rasgou desde a Vila de Capelinha (atual Nova Esperança) até as barrancas do Rio Paranapanema, originando a Estrada Inglesa, hoje a PR 463.

O marco da vila que dentro em breve estaria formada foi plantado bem no coração da mata que cobria o planalto (hoje Praça Pedro Arnaut de Toledo) e era constituído por uma estaca encimada por uma placa onde se lia “Futuro Patrimônio de Uniflor”.

Na manhã de 5 de outubro de 1950 chegava a Uniflor o senhor Mário Mandadori, aquele que seria então o primeiro habitante. Aqui chegando, o pioneiro desbravando um pedaço da mata, construiu em seguida uma casa rudimentar, coberta de tabuinhas para sua habitação, a primeira construção da Vila que recebeu o nome de “Casa Dragão”.

Casas eram construídas, caminhões chegavam, mudanças eram descarregadas e nos meados de 1951 já estava formada a Vila Uniflor, pertencente ao Município de Nova Esperança, (na época chamada de Capelinha).





Em 1960, falava-se no interesse de transformar o Distrito de Uniflor em município. Neste ano o que movimentou o Distrito de Uniflor, foi a campanha eleitoral para a escolha do primeiro prefeito e os vereadores. Também houve a realização da primeira eleição em 8 de novembro de 1960.

No dia 25 de janeiro de 1.961, Uniflor foi elevada à categoria de Município pelo Decreto no. 4.338, de autoria do então deputado Dr. Álvaro Dirceu de Camargo Viana, sancionada pelo Governador Ney Amintas de Barros Braga. É comemorada sua emancipação política em 15 de novembro de 1961.

### **3.3-DIAGNOSTICO SOCIOTERRITORIAL**

O Município de Uniflor possui área de 95,076 Km<sup>2</sup>, com uma população de 2.466 habitantes (Censo 2010) e população estimada para 2016 de 2.604 habitantes , sendo 1.987 na zona urbana e 479 na zona rural. Desta população 688 são crianças e adolescentes.

O grau de urbanização é de 80,58% e taxa de crescimento geométrico de 0,43% (IBGE/2010). No município existe um total de 831 domicílios (IBGE/ censo 2010), a densidade demográfica (hab/Km<sup>2</sup>) é de 27,03 e o grau de urbanização de 80,58% (Ipardes/2013). O município possui uma população economicamente ativa de 1.351 pessoas e uma população ocupada de 1.297 pessoas (IBGE/2010). O índice de desenvolvimento humano - IDH – M é de 0,720 (Ipardes, PNAD/2010) e o índice de GINI <sup>1</sup>0,3687 (IBGE/2010).

---

<sup>1</sup> O índice ou coeficiente de Gini é uma medida de concentração ou desigualdade. É comumente utilizada para calcular a desigualdade da distribuição de renda. O índice de Gini aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de "0 a 1", onde o zero corresponde a completa igualdade de renda, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 que corresponde à completa desigualdade, isto é, uma só pessoa detém toda riqueza, e as demais nada tem.



### POPULAÇÃO OCUPADA SEGUNDO AS ATIVIDADES ECONÔMICAS - 2010

ATIVIDADES ECONÔMICAS *	Nº DE PESSOAS
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	527
Indústrias de transformação	169
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	5
Construção	61
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	113
Transporte, armazenagem e correio	20
Alojamento e alimentação	9
Informação e comunicação	3
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	3
Atividades profissionais, científicas e técnicas	5
Atividades administrativas e serviços complementares	7
Administração pública, defesa e seguridade social	147
Educação	69
Saúde humana e serviços sociais	32
Artes, cultura, esporte e recreação	11
Outras atividades de serviços	15
Serviços domésticos	79
Atividades mal especificadas	20
TOTAL	1.297

FONTE: IBGE - Censo Demográfico - Dados da amostra

\*A classificação da atividade econômica é pela Classificação Nacional de Atividade Econômica





Uniflor localiza-se na Região Sul do Brasil e a noroeste do Estado do Paraná. A denominação de quem nasce em Uniflor é uniflorense. O código do Município no IBGE é 4128302.

O município possui atualmente 2.203 eleitores. O prefeito atual é o Sr. Antonio Zanchetti Netto (gestão 2013-2016).

A estimativa de famílias de baixa renda com perfil de cadastro único é de 167 famílias e a estimativa de famílias pobres com perfil Bolsa Família é de 69 pessoas (IBGE/censo 2010). Existem no município 370 famílias cadastradas no CadÚnico com 1.130 pessoas, sendo que 246 famílias possuem renda mensal de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo, totalizando 823 pessoas; destas 42 famílias possuem renda per capita mensal de até R\$170,00, totalizando 153 pessoas e 68 famílias possuem renda mensal per capita de até R\$85,00, totalizando 205 pessoas (MDS- Setembro/2016).

No município de Uniflor 75 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, sendo pago a essas famílias um total de R\$11.735,00 (Novembro/2016); existem também 40 pessoas beneficiárias do BPC, sendo 14 idosos e 26 pessoas com deficiência. Grande parte dessa população se encontra em situação de desemprego, subemprego, trabalho rural volante, mercado informal, construção civil e serviços gerais, onde os ganhos são insuficientes e descontínuos. Essa é a característica principal da população demandatária da política de assistência social no município, que demanda ações de inclusão social que assegurem direitos socioassistenciais.

A cidade é conhecida, devido ao desenvolvimento predominante da produção de flores, que juntamente com a plantação de mandioca, cana de açúcar e a criação de bovinos constituem-se alternativas de permanência de agricultores e de emprego e subemprego no campo. No ano de 2015 a produção predominante foi a de cana de açúcar (157.457 toneladas), seguida pela produção de mandioca (10.900 toneladas), milho em grão (8.085 toneladas), soja em grão (5.293 toneladas) e laranja (3.920 toneladas). (IPARDES/2016).



Não há territorialização de barracos formando favelas, contudo existe um número significativo de moradias em situação precária, distribuídas nas zonas periféricas do município. Há um considerável déficit de moradias encarecendo o valor do aluguel, inclusive das que se encontra em precárias condições de conservação. A gestão municipal está empregando múltiplos esforços para fazer frente a essa problemática, buscando construir conjuntos habitacionais, oferecer incentivos à implantação de indústrias, a qualificação profissional, a geração de renda, além de buscar a melhoria e ampliação da rede protetiva e de serviços de atendimento social às famílias vulnerabilizadas, através de parcerias com os programas governamentais da esfera estadual e federal.

### **3.4- Política de atendimento à da Criança e ao Adolescente no município**

A Política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente é feita através de um conjunto de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados e dos municípios.

São linhas de ação da política de atendimento: I – Políticas sociais básicas; II- Políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo para aqueles que deles necessitem; III- Serviços especial de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligencia, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV- Serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos; V- Proteção jurídico – social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente; VI- Políticas e programas destinados a prevenir ou abreviar o período de afastamento do convívio familiar e a garantir o efetivo exercício do direito à convivência familiar e comunitária da criança e adolescentes; VII- Campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

Os programas são classificados como de proteção ou socioeducativos e são destinados à: Orientação e apoio sócio familiar; Serviços especiais de prevenção e



atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão; Prevenção e tratamento especializado a crianças e adolescentes, pais ou responsáveis, usuários de substâncias psicoativas; Identificação e localização de pais ou responsável de crianças e adolescentes desaparecidos; Proteção jurídico-social; Colocação em família substituta; Abrigo em entidades de acolhimento; Apoio aos programas de aprendizagem e profissionalização de adolescentes; Apoio socioeducativo em meio aberto e Apoio socioeducativo em meio fechado.

A Política dos Direitos da Criança e do Adolescente é garantida através das seguintes estruturas;

- Conselho Municipal e Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- Conselho Tutelar;
- Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

#### 3.4.1- Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é um órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da política municipal de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

O mesmo tem por objetivos: Definir políticas públicas de proteção integral a infância e à adolescência no âmbito municipal, incentivando a criação de condições objetivas para sua concretização, com vistas ao cumprimento das obrigações e garantias dos direitos previstos na lei 8.069 de julho de 1990; Controlar as ações governamentais e não governamentais com atuação destinada a infância e à adolescência, com vistas a consecução dos objetivos definidos em lei.

Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente:

- Formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, a captação e a aplicação de recursos.



- Zelar pela execução dessa política, atendidas as peculiaridades da criança e do adolescente, de sua família, de seus grupos de vizinhança, e dos bairros ou zona urbana ou rural em que se localizem.
- Formular as prioridades a serem incluídas no planejamento do Município, em tudo que se refira ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes, bem como elementos necessários para a elaboração da proposta orçamentária municipal.
- Estabelecer critérios, formas e meios de fiscalizações das ações governamentais e não-governamentais dirigidas à infância e à adolescência no âmbito do município, que possam afetar as suas deliberações, relativas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- Regulamentar, organizar, coordenar, bem como adotar todas as providências que julgar cabíveis para a eleição e a posse dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o mandato sucessivo.
- Regulamentar, organizar e coordenar o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, seguindo as determinações da Lei 8.069/90, com as alterações inseridas pela Lei 12.696/2012, e da Resolução nº139/2010 do Conanda, bem como dar posse aos membros do Conselho Tutelar, conceder licença aos mesmos, nos termos do respectivo regulamento e declarar vago o posto por perda de mandato, nas hipóteses previstas nesta lei, e instaurar sindicância para apurar eventual falta grave cometida no exercício de suas funções.
- Receber, encaminhar e acompanhar junto aos órgãos competentes denúncias de todas as formas de negligência, omissão, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e o adolescente, fiscalizando a apuração e a execução.
- Articular e integrar as entidades governamentais e não governamentais, com atuação vinculada à infância e da adolescência, definido no Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Manter permanente entendimento com o poder Jurídico, Ministério Público, Poderes Executivo e Legislativo e Conselho Tutelar, propondo, inclusive, se necessário, alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o



atendimento à criança e ao adolescente, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Incentivar e promover a atualização permanente dos profissionais, governamentais ou não, envolvidos no atendimento direto à criança e ao adolescente.
- Realizar visitas à Delegacia de Polícia e entidades governamentais e não governamentais que prestam atendimento à criança e ao adolescente, propondo as medidas que julgar convenientes.
- Aprovar os registros de inscrição e alterações subsequentes, previstas em lei, das entidades governamentais e não governamentais de defesa e de atendimentos aos direitos da criança e do adolescente, nos termos do Regimento Interno.
- Captar recursos, gerir o Fundo Municipal e formular o plano de aplicação e avaliação dos recursos aplicados;
- Conceder auxílios e subvenções a entidades governamentais e não governamentais envolvidas no atendimento e na defesa da criança e do adolescente, devidamente inscritas no Conselho Municipal;
- Promover intercâmbio com entidades públicas ou particulares, organismos nacionais ou internacionais, visando o aperfeiçoamento e consecução de seus objetivos;
- Difundir e divulgar amplamente a política municipal destinada à criança e ao adolescente;
- Efetuar o registro das entidades governamentais e não governamentais em sua base territorial, que prestam atendimento a crianças e adolescentes e suas respectivas famílias a que se refere o artigo 90 §1º e, no couber, as medidas previstas nos artigos 101, 112 e 129 do Estatuto da Criança e do Adolescente;
- Elaborar seu Regimento Interno.

O conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é formado de 10 (dez) membros titulares e de 10 (dez) suplentes, evidenciados por notória honestidade e dedicação às causas sociais do município, sendo composto



paritariamente de: 05 representantes governamentais e 05 representantes não governamentais.

A função de membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerado. Os conselheiros terão mandato de dois (2) anos.

### 3.4.2- FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, é o captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, ao qual é vinculado.

O Fundo se constitui de: Dotações Orçamentárias; Doações de entidades nacionais e internacionais, governamentais voltadas para o atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente; Doações de Pessoas físicas e pessoas jurídicas; entre outros.

### 3.4.3- CONSELHO TUTELAR

O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos em Lei.

O Conselho Tutelar é composto de cinco membros com mandato de quatro anos, permitida uma recondução, escolhidos pelo voto direto da população local, com idade superior a 16 anos, inscritos como eleitores no município.

Compete ao Conselho Tutelar zelar pelo atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, cumprindo as atribuições previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente.

São atribuídos do Conselho Tutelar:

I – atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, da Lei nº 8.069/90.



II – atender e acompanhar os pais ou responsáveis, aplicando as medidas previstas no artigo 129, I a VII, da Lei nº 8.069/90.

III – promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

b) representar junto a autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV – encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou do adolescente.

V – encaminhar a autoridade judiciária os casos de sua competência.

VI – providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.

VII – expedir notificações.

VIII – requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.

IX – assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

X – representar, em nome da pessoa e da família, contra violação dos direitos previstos no artigo 220, §3º, inciso II, da Constituição Federal.

XI – representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar.

XII – elaborar o seu regimento interno, que deverá ser aprovado por maioria absoluta, atendendo às disposições desta Lei. (Resolução nº 75/2001, do Conanda).

### **3.5- Política de Assistência Social no município**

No Município de Uniflor a Política de Assistência Social possui como órgão gestor o Departamento Municipal de Assistência Social, o qual foi criado no ano de 2002, porém seu funcionamento efetivo iniciou somente no ano de 2007, com base nos princípios da Política Nacional de Assistência Social e do SUAS, sendo que o mesmo vem tentando implantar os serviços de acordo com suas diretrizes: descentralização político administrativa; participação e controle social; primazia da





responsabilidade do Estado e a centralidade na família, que vem de encontro com às necessidades sociais, e a universalização dos direitos sociais da população.

O município de Uniflor por ser de pequeno porte I, comporta somente 01 CRAS que tem como capacidade o atendimento de até 2500 famílias referenciadas. Assim, o CRAS atende as famílias residentes em todo território do município.

O Centro de Referência da Assistência Social – CRAS é uma unidade pública estatal localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada ao atendimento socioassistencial de famílias. É o principal equipamento de desenvolvimento dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica. Constitui espaço de concretização dos direitos socioassistenciais nos territórios, materializando a política de assistência social.

É por meio do CRAS que a proteção social da assistência social se territorializa e se aproxima da população, reconhecendo a existência das desigualdades sociais intra-urbanas e a importância presença de políticas sociais para reduzir essas desigualdades, pois previnem situações de vulnerabilidade e risco social, bem como identificam e estimulam as potencialidades locais, modificando a qualidade de vida das famílias que vivem nessas localidades.

O CRAS foi implantado no ano de 2009, o mesmo funciona em prédio próprio, construído com recursos federais e contra partida municipal, na região com maior vulnerabilidade social no município porém bem próximo do Centro.

O município está habilitado em gestão básica do SUAS. Neste nível de gestão o município realiza a gestão do Benefício de Prestação Continuada- BPC, organiza-se uma rede de prestação de serviços de proteção social básica, ocorre a co-participação em ações sócio-assistenciais regionalizadas de média e alta complexidade, utiliza-se instrumentos de monitoramento e avaliação, realiza-se estudos e pesquisas sobre as áreas de vulnerabilidade e risco, implementa-se uma política de capacitação e de recursos humanos com planos de cargos e carreira.





A rede de Proteção Social Básica no município de Uniflor é composta por organizações governamentais – Departamento Municipal de Assistência Social – (DMAS): órgão responsável pela coordenação da gestão e pelo monitoramento e avaliação da política, deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social; Centro de Referência da Assistência Social (CRAS): órgão executor dos programas, projetos, serviços e benefício de proteção social básica; Contra Turno Social: atende crianças e adolescentes de 06 a 12 anos em período contrário ao escolar. O Conselho Tutelar: órgão que atua como parte do sistema de garantia de direitos às crianças e adolescentes, mais especificamente nas ações da proteção social especial e os Departamentos de Saúde e Educação os quais são parceiros na intersectorialidade das ações.

Além disso existe no município instituições não governamentais que colaboram nas ações socioassistenciais, porém as mesmas não possuem registro no Conselho Municipal de Assistência Social pois não contemplam todos os requisitos para tal. São elas: Associação da Terceira Idade, Associação de Proteção à Maternidade e à Infância- APMI, Programa do Voluntariado Paranaense- PROVOPAR e Pastoral da Criança.

As atividades a serem desenvolvidas são realizadas de acordo com o previsto na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF consiste no trabalho social com famílias, em caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, buscando o fortalecimento dos seus vínculos, e promover seu acesso e usufruto aos seus direitos. Busca-se o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias, com ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. Realiza trabalho com famílias nos seus diversos arranjos familiares e concepção de valores e crenças.



Deve-se garantir as famílias: Segurança de Acolhida (através de orientações, encaminhamentos, acesso a serviços e benefícios, entre outros); Segurança de Convívio Familiar e Comunitário (vivenciar experiências que possam fortalecer os vínculos familiares e comunitário, garantir serviços de qualidade); Serviços de Desenvolvimento da Autonomia (vivenciar experiências potencializadoras da participação cidadã – participação em conselhos, fóruns, entre outros, garantir acesso a políticas de emprego e renda e a programas de associativismo e cooperativismo).

A busca a este serviço se dá através de: procura espontânea (a família ou indivíduo vai até o CRAS de livre vontade); busca ativa (equipe do CRAS vão até as famílias/indivíduos em situação de vulnerabilidade social); encaminhamento da rede socioassistencial (encaminhados pela rede de serviços); encaminhamento das demais políticas públicas (encaminhados por outras políticas).

O Serviço de Convivência e Fortalecimento e Vínculos é realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui articulação com o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família -PAIF, de modo a promover o atendimento das famílias dos usuários destes serviços, garantindo a matricialidade sociofamiliar da política de assistência social.

Tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo a ocorrência de situações de risco social e fortalecendo a convivência familiar e comunitária; além de prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária, promover acesso a benefícios e serviços; entre outros.



O trabalho é realizado através de acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania.

No município de Uniflor os grupos que estão acontecendo são: com as famílias do PAIF, famílias beneficiárias do Programa Família Paranaense, famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, SCFV: idosos, crianças de 06 a 12 anos, adolescentes de 15 a 17 anos. Os grupos socioeducativos são realizados pela equipe profissional do CRAS: assistente social e psicóloga.

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiência e idosos, tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. Este serviço é destinado a pessoas com deficiência e/ou pessoas idosas que vivenciam situação de vulnerabilidade social pela fragilização de vínculos familiares e sociais e/ou pela ausência de acesso a possibilidades de inserção, habilitação social e comunitária, em especial; beneficiários do Benefício de Prestação Continuada; membros de famílias beneficiárias de programas de transferência de renda.

Tem como objetivos prevenir agravos que possam desencadear rompimento de vínculos familiares e sociais; prevenir confinamento de idosos e/ou pessoas com deficiência; entre outros. O trabalho é realizado através proteção social pró-ativa; acolhida; visita familiar; escuta; encaminhamento para cadastramento socioeconômico; orientação e encaminhamentos; orientação sociofamiliar; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; inserção na rede de serviços de assistência social e demais políticas; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função



protetiva da família; elaboração de instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário; mobilização para a cidadania; documentação pessoal. O acesso ocorre através de encaminhamentos realizados pelos CRAS ou pela equipe técnica de referência da Proteção Social Básica do município.

As ações da área governamental são realizadas de acordo com os princípios e diretrizes da PNAS, do SUAS e norteados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Os principais serviços ofertados são: Gestão do Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Prestação de Benefícios Eventuais, BPC, Grupos socioeducativos, entre outros. Estes serviços são executados pelo CRAS em parceria com as políticas de educação e saúde, sendo monitorado e avaliado pelo DMAS – Departamento Municipal de Assistência Social e pelo CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

O Programa Bolsa Família é gerido e financiado pelo governo federal e executado pelo governo municipal, através do acompanhamento das famílias e auxílio no cumprimento das condicionalidades impostas pelo Programa nas áreas da assistência social, saúde e educação. Trata-se de um programa de transferência de renda, destinado as famílias com renda per capita de até R\$ 170,00 mensais. A transferência é feita diretamente á família beneficiaria através de serviços bancários. O município tem o papel de cadastrar as famílias e acompanhar a frequência escolar das crianças e adolescentes beneficiários e realizar um acompanhamento através de unidade de saúde. No município de Uniflor o cadastramento e a atualização cadastral das famílias é realizada pelo CRAS, através de equipe específica.

O Benefício de Prestação Continuada – BPC é financiado pelo fundo nacional de assistência social e executado em parceria com o INSS – Instituto Nacional de Seguro Social. A política de assistência social do município realiza estudo social e encaminha idosos e pessoas com deficiência, os qual preenchem os requisitos do programa para inclusão no mesmo, alem de acompanhar os beneficiários.

A Prestação de benefícios eventuais no município de Uniflor é regulamenta através de lei municipal. Caracteriza-se como o atendimento de benefícios em espécie



à famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social e que possuam renda familiar per capita de até meio salário mínimo nacional ou que se encontram em situação de dificuldades temporárias. Essas famílias são atendidas com cesta básica alimentar, auxílio funeral, 2º via de documentos (certidão de nascimento e casamento), material de construção para fossa séptica e reforma e construção de residência.

O contra turno social, atende crianças de 06 a 12 anos em período contrario ao escolar. São desenvolvidas atividades lúdicas, esportivas, artesanais, entre outras.

O Grupo da Terceira Idade realiza atividades semanais de convivência, tais como: aulas de bordado, aulas de ginástica laboral, bingos, palestras informativas com profissionais de diversas áreas, jantares em datas comemorativas, passeios, viagens, confraternizações de fim de ano, entre outras atividades.

Os recursos destinados a política de assistência social no município são financiados pelos governos federal, estadual e municipal.

Como citado anteriormente, por ser um município pequeno o serviço abrange toda a população demandatária, não havendo demanda reprimida.

Busca-se cada vez mais a intersectorialização com as demais políticas públicas setoriais, principalmente saúde, educação, habitação, trabalho e renda e o conselho tutelar para garantir mais efetividade nas ações realizadas com as famílias. Sendo que muitos casos está surtindo efeitos positivos.

### **3.6- Política de Educação no município**

O município de Uniflor possui como órgão gestor da política de educação o Departamento Municipal de Educação e Esportes, sua sede é alugada com instalações adequadas ao desenvolvimento dos trabalhos administrativos voltados à Educação.

O Município de Uniflor não possui Sistema de Ensino próprio, está vinculado ao Estado através do atendimento - Núcleo Regional de Educação de Paranavaí,



Estado do Paraná.

A política de educação no município está dividida em: educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais e anos finais e ensino médio.

### 3.6.1- EDUCAÇÃO INFANTIL

O papel da instituição de Educação Infantil é ampliar o convívio da criança com outras a aprenderem nas pequenas atividades da vida cotidiana, apropriar-se da cultura através das atividades lúdicas, jogos do faz de conta, próprio da infância e atividades culturais voltadas a elas.

A Educação Infantil, como um direito, adquiriu significativo reconhecimento, bem como prestígio político, com maior presença no quadro Educacional do Estado.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, definidas pelo Conselho Nacional de Educação, consoante determina o art. 9º, IV da LDB, complementadas pelas normas dos sistemas de ensino dos Estados e Municípios, estabelecem os marcos para a elaboração das propostas pedagógicas para as crianças de 0 (zero) á 5 (cinco) anos.

O Centro Municipal de Educação Infantil “Pequeno Príncipe”, teve início de suas atividades no ano de 2012 através do Ato de Autorização de Funcionamento Resolução nº.71014/12 com atendimento das 06:00h as 18:00h.

Atualmente o Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe, atende mais de 90 crianças, tendo como ideal promover o desenvolvimento integral das crianças de 0 à 05 anos de idade.

As crianças atendidas pelo C.M.E.I. são na maioria de classe baixa predominando famílias onde pais, mães ou responsáveis trabalham fora, empregados no Comércio, Fábrica de Lingerie, Usina de Açúcar, e Prefeitura Municipal.



**TABELA 1: MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL 2012 – 2015.**

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL “PEQUENO PRINCEPE”					
ANOS	BERÇÁRIO	MATERNAL	PRÉ	PRÉ I	TOTAL
2012	28	21	31	28	108
2013	33	22	30	28	113
2014	32	21	35	28	116
2015	30	27	31	22	111
INTEGRAL	X	X	X		03
PARCIAL				X	01

Fonte: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO- 2015

### 3.6.2- ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS INICIAIS

De acordo com a Constituição Brasileira, o ensino fundamental é obrigatório e gratuito. O art. 208 preconiza a garantia de sua oferta, inclusive para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria. É básico na formação do cidadão, pois de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu art. 32, o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo constitui meios para o desenvolvimento da capacidade de aprender e de se relacionar no meio social e político. É prioridade oferecê-lo a toda população brasileira.

O art. 208, § 1º, da Constituição Federal afirma: "O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo", e seu não oferecimento pelo Poder Público ou sua oferta irregular implica responsabilidade da autoridade competente.

Para contemplar e assegurar o direito a Educação no Ensino Fundamental o Município de Uniflor conta com a Escola Municipal “Menino Jesus”- Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, situado a Rua Margarida, Nº 617, Bairro Centro,



com atendimento a crianças da faixa etária de 05 (cinco) a 14 (quatorze) anos, em tempo parcial, e no turno matutino e vespertino.

**TABELA 1: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)**

ESCOLA MUNICIPAL "MENINO JESUS"													
IDEB OBSERVADO					METAS								
2005	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
36	45	48	49	48	-	36	40	44	47	49	52	55	58
Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/ PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO													

**TABELA 2: MATRÍCULAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS 2012 – 2015.**

ESCOLA MUNICIPAL "MENINO JESUS"							
ANOS	PRÉ	1º	2º	3º	4º	5º	TOTAL
2012	29	35	35	30	41	37	207
2013	28	28	36	35	25	39	191
2014	30	28	29	22	33	28	170
2015	38	27	31	30	31	33	190
Fonte: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO							

### 3.6.3-ENSINO FUNDAMENTAL- ANOS FINAIS

Para contemplar e assegurar o direito a educação no Ensino Fundamental- anos finais o município de Uniflor conta com o Colégio Estadual "Marques de Herval" - Ensino Fundamental e Médio situado na Rua Orquídea, Nº 875, conforme abaixo descrito:





**TABELA 1: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)**  
**ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS**

COLÉGIO ESTADUAL “MARQUES DE HERVAL”													
IDEB OBSERVADO					METAS								
2005	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
28	35	44	43	32	-	28	29	32	36	40	45	45	48
Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira													
PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO													

**TABELA 2: MATRÍCULAS DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS FINAIS 2012 – 2015.**

COLÉGIO ESTADUAL “MARQUES DE HERVAL”					
ANOS	6º	7º	8º	9º	TOTAL
2012	33	48	45	43	169
2013	29	37	42	42	150
2014	35	29	35	41	140
2015	30	36	27	30	123
Fonte: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					

#### 3.6.4-ENSINO MÉDIO

Etapa final da Educação Básica, como previsto na Lei de Diretrizes e Bases – LDB, o Ensino Médio, na rede estadual tem apresentado acentuada expansão em número de matrículas, sobretudo entre 1996 a 2000, quando aumentou substancialmente, fato este, que pode ser explicado pelo aumento da demanda em



função do processo de universalização do Ensino Fundamental e também, em parte, pela maior valorização deste nível de ensino no mercado de trabalho.

Analisar o Ensino Médio é estudar um nível de ensino que traz consigo problemas que resultam de embates políticos históricos. Sua identidade tem sido ambígua quanto às suas funções. Tal ambiguidade se expressa na dualidade ensino propedêutico de um lado, pretende preparar para o aluno para continuar os estudos no nível superior, assumindo assim um caráter elitista, de outro lado, busca preparar mão-de-obra para o mercado de trabalho. Em ambos os casos, deixando de cumprir sua função precípua: formação ampla e integral dos jovens e adolescentes.

As diretrizes do Plano Nacional de Educação apontam para a criação de incentivos e a retirada de todo obstáculo para que os jovens permaneçam no sistema escolar e, aos 17 ou 18 anos de idade, estejam concluindo a educação básica com uma sólida formação geral.

No município de Uniflor o ensino médio é ofertado através do Colégio Estadual “Marques de Herval”- Ensino Fundamental e Médio conforme a seguir:

**TABELA 1: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)**

COLÉGIO ESTADUAL “MARQUES DE HERVAL”													
ENSINO MÉDIO													
IDEB OBSERVADO					METAS								
2005	2007	2009	2011	2013	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
28	35	44	43	32	-	28	29	32	36	40	42	45	48
Fonte: INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira													



**TABELA 2: Nº DE ALUNOS E TURNO DE ATENDIMENTO 2015**

COLÉGIO ESTADUAL “MARQUES DE HERVAL”					
ANO	TURNO	ANOS			TOTAL
		1º	2º	3º	
2015	MANHÃ	18	-	-	18
	NOITE	26	33	36	95
	TOTAL	113			
Fonte: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					

### 3.6.5- EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superlotação ou talentos.

A inclusão de portadores de deficiência é um dos mais complexos temas atualmente discutidos no cenário atual.

Entretanto, o avanço é gradativo, e com isso cresce o desafio de garantir uma educação de qualidade a todos sem distinção, pois incluir alunos considerados “diferentes” no sistema comum de ensino requer não apenas a aceitação das diferenças humanas, mas implica transformação de atitudes, posturas, e principalmente em relação a prática pedagógica, sendo necessário a modificação do sistema de ensino e a organização das escolas para que se ajustem às especificidades de todos os alunos.

É nesse contexto que a legislação brasileira garante indistintamente a todos os direitos a escola, em qualquer nível de ensino, e prevê, além disso, o atendimento especializado às crianças com necessidades educacionais especiais. Assim, a viabilidade da inclusão dos alunos com necessidades especiais no sistema regular de



ensino requer o provimento de condições básicas como reformulação de programas educacionais e formação permanente dos profissionais envolvidos.

A rede municipal de ensino presta atendimento na modalidade de Educação Especial – Sala de Recurso/multifuncional na Escola Municipal “Menino Jesus”. As crianças, jovens e adultos que apresentam maior comprometimento são atendidos na Escola de Educação Especial Esperança – APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, localizada na cidade de Nova Esperança.

**TABELA 1: ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS ATENDIDOS POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA**

ESCOLA MUNICIPAL “MENINO JESUS”	
ANO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
2012	02
2013	07
2014	05
2015	09
Fonte: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL “ESPERANÇA”	
ANO	NÚMERO DE MATRÍCULAS
2012	12
2013	14
2014	15
2015	16
Fonte: PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	



### **3.7- Política de Saúde no município**

O município está habilitado em gestão plena da atenção básica, dando enfoque às ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde. Primando pela qualidade de vida e consequentemente saúde da população.

O serviço de saúde é organizado dentro do Departamento Municipal de Saúde, e dispõe de apenas uma Unidade de Saúde, sendo nomeado como Unidade Mista de Saúde, onde a mesma é composta por um Pronto Atendimento 24 h e Unidade Básica de Saúde. Agregado a Unidade Básica de Saúde há uma equipe de Estratégia de Saúde da Família com habilitação em Saúde bucal.

Os serviços prestados pela Unidade Básica de Saúde são distribuídos na atenção primária em saúde, tais como: vigilância epidemiológica, vigilância sanitária, setor de imunização, atendimento de psicologia, fisioterapia, consultas ambulatoriais, atendimento odontológico, dispensação de medicamentos.

As consultas ambulatoriais são realizadas semanalmente pelo Centro de Saúde em horário de funcionamento das 07h00minh às 17h00minhs. O atendimento a população aos sábados, domingos, feriados e período noturno são realizados pelo no Pronto Atendimento 24hs.

A demanda de serviços de média e alta complexidade tanto de urgência como eletivos são encaminhadas para outros municípios, onde são regulados pelo nível estadual de atenção á saúde ou de acordo com as pactuações definidas.

O município realiza acompanhamento de crianças de 0 a 2 anos, através da puericultura, onde as mesmas são pesadas, medidas quinzenalmente a semestralmente, dependendo da idade da criança. Além disso os pais recebem as orientações devidas. É também realizado acompanhamento de saúde bucal, onde os alunos da Escola Municipal Menino Jesus, com idade entre 05 e 10 anos recebem semanalmente orientações sobre escovação supervisionada e bochecho fluorado.

Além disso são realizadas campanhas preventivas e de orientação com crianças e adolescentes sobre vários assuntos, como por exemplo combate a dengue.



#### 4-PLANO DE AÇÃO





#### 4-PLANO DE AÇÃO

Neste capítulo apresentar-se-á o Plano de Ação, contendo o planejamento das ações de todos os entes na esfera municipal que possuem atribuições em relação à garantia dos direitos de crianças e de adolescentes.

O Plano de Ação está separado em eixos baseados nos cinco direitos fundamentais previstos no Estatuto, além do sexto eixo que trará ações direcionadas ao fortalecimento das estruturas do SGD e fortalecimentos dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente.

Para tornar mais didática a leitura do Plano de Ação, apresenta-se o documento em formato de quadro, contendo as seguintes colunas:

- Objetivos: traz o objetivo geral a se atingir em relação à garantia do direito em questão.
- Ações: contempla as ações que serão desenvolvidas para alcançar o objetivo proposto.
- Prazo de execução: tempo para a realização da ação estabelecida.

Vale esclarecer que foram fixados alguns padrões para este item:

- Ações contínuas, exemplo: (2017-2027) durante os dez anos de duração do plano, indicadas pelas letras A/C;
- Ações de implementação em longo prazo trarão apenas o ano em que se pretende concluir a ação;
- Ações com prazo determinado de início e fim aparecerão com os dois anos separados por hífen, indicando ano de início e ano previsto para conclusão (exemplo: 2017-2019).



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

## EIXO 1 - DIREITO À VIDA E À SAÚDE

Objetivos	Ações	Prazo de execução	Corresponsável	Responsável
Priorizar os investimentos nos vazios assistenciais na atenção primária e reduzir deficiências estruturais e de acesso aos serviços.	Contratar profissionais de saúde para que a Equipe de Estratégia Saúde da Família fique completa proporcionando cobertura de 100 % da população do município.	A/C	Ministério da Saúde	Saúde
Manter o investimento com recursos da APS.	Custeio de ações de prevenção e promoção da saúde;	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde
Melhorar o acesso e a qualidade das ações e serviços de atenção primária à saúde	Redução de internações por condições sensíveis à APS na população geral do município.	A/C	Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde.	Saúde
Implementar a Educação Permanente para as equipes da APS.	Capacitar os profissionais que atuam na atenção primária à saúde	A/C	Secretaria de Estado da Saúde.	Saúde
Respeitar os planos com a qualidade e os resultados da atenção à saúde firmados com a SESA	Cumprir os planos de gestão implantados.	A/C	Secretaria de Estado da Saúde.	Saúde





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Dar continuidade ao Programa Saúde na Escola (PSE)	Executar as ações pertinentes ao Programa Saúde na Escola	A/C	Secr. Munic. de Educação	Saúde
Implementar a Caderneta de Saúde do Adolescente	Executar as ações pertinentes ao Programa Saúde na Escola	A/C	Secretaria Municipal de Educação	Saúde
Desenvolver ações de promoção e prevenção à saúde, para crianças e adolescentes, abordando o Risco Cardiovascular (Diabetes, Hipertensão Arterial Sistêmica, Dislipidemia, Obesidade infantil, entre outras).	Realizar campanhas educativas	A/C	Secretaria Municipal de Educação; Esportes	Saúde
Promover ações que visem garantir a atenção em Saúde Bucal (SB), para crianças e adolescentes.	Criar estratégias para realização de avaliação em SB de crianças e adolescentes inscritos no Programa Saúde na Escola	A/C	Secretaria Municipal de Educação	Saúde
Continuar com o Programa de Bochecho com Flúor na Escola	Realização de bochecho com flúor	A/C	Secretaria Municipal de Educação	Saúde
Acompanhamento das famílias e registro das condicionalidades de saúde no Programa Bolsa Família (PBF)	Executar ações de acompanhamento e registro das condicionalidades de saúde no PBF	A/C	Secr. Mun. de Educação, Secr. de Assistência Social	Saúde



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Monitorar a Situação Alimentar e Nutricional de crianças e adolescentes	Registrar e informar a situação alimentar e nutricional de crianças e adolescentes	A/C	Secretaria Municipal de Educação	Saúde
Garantir a participação do município na Rede Materno-infantil do Estado.	Evitar a mortalidade infantil e óbitos maternos	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde
Implementar a estratificação de risco para todas as gestantes e crianças menores de um ano.	100% das gestantes e crianças com estratificação de risco.	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde.
Definir as referências para o atendimento hospitalar e ambulatorial para as gestantes, conforme estratificação de risco (habitual, intermediário e alto risco), bem como de referência ambulatorial para as crianças de risco.	100 % das gestantes vinculadas ao hospital e ambulatórios de referência, conforme estratificação de risco	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde
Melhorar o acesso e a qualidade das ações e serviços de atenção materno-infantil	100% de RN de mães com 07 ou mais consultas de pré- natal.	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Implementar o programa permanente de capacitação dos profissionais envolvidos no atendimento às gestantes e crianças da rede de atenção materno-infantil.	Capacitar os profissionais de saúde da APS para a atenção materno-infantil.	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde.
Promover ações de incentivo ao aleitamento materno	Realizar campanhas para que as crianças de até quatro meses de idade, cadastradas no sistema de informação da atenção básica utilizem aleitamento materno exclusivo.	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde
Promover ações que visem garantir a atenção em Saúde Bucal, para as gestantes (Pré-Natal Odontológico) e crianças até 36 meses (Puericultura Odontológica)	Realização de Pré-Natal Odontológico e Puericultura Odontológica	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde
Implementar a Atenção Humanizada ao Recém-Nascido de Baixo Peso.	Motivar, apoiar e capacitar os profissionais da atenção básica para atenção ao RN de Baixo-Peso.	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde
Implementar o Programa de Triagem Neonatal.	Acompanhar a realização dos Testes da orelhinha, do Pezinho e do olhinho.	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
 ADOLESCENTE - CMDCA  
 RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Implantar e implementar a Estratégia de Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância- AIDPI Neonatal	Capacitar médicos e enfermeiros da Atenção Primária à Saúde (APS), para detecção precoce e tratamento efetivo das principais doenças que afetam a saúde das crianças de 0 a 2 meses de idade.	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde
Padronizar a Carteira de Saúde e de Vacinação da Criança	Fornecer a carteira de saúde e de vacinação conforme padrão estabelecido pela SESA.	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde
Implantar e implementar ações de Atenção à Saúde das Crianças, Adolescentes e Famílias em Situação de Violência	Implantar o Núcleo de Prevenção da Violência e Promoção da Saúde para que haja um fortalecimento das ações de vigilância, prevenção e enfrentamento às crianças e adolescentes em situação de violência. Ampliar o número de notificações, contra crianças e adolescentes.	A/C	Secr. Mun. de Assistência Social, Secr. Mun. de Educação, Conselho Tutelar, Secr. de Estado da Saúde.	Saúde
Atingir, na rotina, cobertura vacinal preconizada pelo Programa Nacional de Imunização - PNI/MS, em menores de 01 ano de idade;	Cobertura vacinal de 90% BCGs e Rotavírus, 95% Antipoliomielite, Pentavalente (DTP + Hib + Hep.B), Meningocócica C e Pneumocócica 10 Valente, 100% Febre Amarela. 95% Tríplice Viral (SCR).	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde



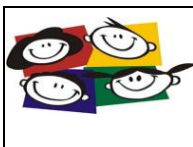
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Realizar ações de prevenção DST/HIV/AIDS, por meio de projetos comunitários	Viabilizar ações de prevenção de DST/AIDS, por meio de projetos comunitários.	A/C	Secretaria Municipal de Educação	Saúde
Realização do acompanhamento das gestantes com HIV/AIDS/Sífilis, para eliminação da Transmissão Vertical de Sífilis e HIV	Acompanhamento das gestantes Participação no Comitê de Prevenção de Mortalidade Materna e Infantil, no âmbito Regional;	A/C	Secretaria de Estado da Saúde	Saúde
Implementar a participação do município na Rede de Atenção à Saúde Mental.	Propiciar acesso à atenção em saúde mental, de crianças e adolescentes; Capacitar profissionais de saúde e professores para identificar e abordar com os adolescentes os fatores de risco para o uso de álcool, tabaco e outras drogas.	A/C	Secretaria Municipal de Educação	Saúde
Implementar o atendimento da Pessoa com Deficiência (PcD)	Capacitar profissionais que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS) e na Urgência e Emergência, para atenção à saúde de crianças e adolescentes com deficiência.	A/C	Secretaria Municipal de Educação	Saúde
Sensibilizar crianças e adolescentes quanto aos riscos do uso de drogas, buscando evitar o cometimento de atos infracionais relacionados ao uso destas substâncias.	Manter ações de prevenção ao uso indevido de substâncias entorpecentes	A/C	Secretaria Municipal de Educação	Saúde



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Acompanhar as crianças beneficiárias do programa de leite das crianças.	Realizar as atividades de acompanhamento das crianças em relação às condicionalidades referentes à saúde.	A/C	Secretaria Municipal de Educação	Saúde
---	---	-----	----------------------------------	-------



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

## EIXO 2- DIREITO À LIBERDADE, AO RESPEITO E À DIGNIDADE

Objetivos	Ações	Prazo de Execução	Corresponsável	Responsável
Sensibilizar população, empresários e agricultores locais no sentido de compreender a necessidade de erradicar o trabalho infantil.	Realizar campanhas de sensibilização e divulgação dos riscos para a saúde da criança e do adolescente ocasionados pelo trabalho precoce.	AC	Educação CMDCA	Assistência Social
Organizar informações para o controle do trabalho infantil.	Elaboração e diagnóstico com Indicadores de focos do trabalho infantil no município.	AC	CMAS CMDCA	Assistência Social
Mostrar a influência das leis na questão do trabalho infantil.	Promover encontros reunindo adolescentes, entidades e público em geral para debater o tema do trabalho infantil.	AC	Educação, CMDCA, CT	Assistência Social
Qualificar os serviços de medidas sócias educativas e meio aberto através da implementação do Plano Municipal de Socioeducativo.	Sensibilização e posterior pactuação das Políticas de Assistência Social, Educação e Saúde, Rede socioassistencial, MP e Poder Judiciário no processo de atendimento ao adolescente em medida socioeducativas.	2018- 2020	Educação, Saúde, CMDCA, CT	Assistência Social



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Fortalecer o município para acompanhamento especializado de crianças e adolescentes em situações de violência e suas famílias.	Ampliar a equipe técnica da proteção social especial mediante concurso público	2019	Poder Executivo	Assistência Social
Através da Gestão Municipal mobilizar e monitorar a busca ativa e Inclusão de famílias em situação de pobreza no Cadastro Único	Acompanhar de forma mais efetiva o cumprimento das condicionalidades do Programa Bolsa Família.	AC	Saúde Educação	Assistência Social
Buscar trabalho articulado entre município, família e comunidade.	Articular a rede de Atendimento municipal, a família e a comunidade com vistas à inserção social e comunitária do adolescente	2017/2027	CMDCA; CT; Educação	Assistência Social
Elaborar Plano de trabalho dentro das escolas para discutir as políticas públicas dos direitos da criança e adolescente.	Fortalecer políticas públicas de garantia de proteção aos Direitos humanos de crianças e adolescentes dentro do ambiente escolar	2017/ 2027	Educação, Saúde CMDCA	Assistência Social
Sensibilizar toda a sociedade sobre a importância da veiculação de informações.	Realizar campanhas educativas de sensibilização e orientação para a não violência e divulgação dos canais de denúncia 181e Disque 100.	AC	Educação CMDCA, CT	Assistência Social





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Trabalhar de forma multidisciplinar, visando à implementação do trabalho.	Fortalecer a atuação interinstitucional dos profissionais da área de educação através da participação e articulação, de forma conjunta, da Rede de Proteção por meio de reuniões articuladas.	2018 2022	Educação Saúde	Assistência Social
Esclarecer aos profissionais das diversas áreas sobre o trabalho infantil.	Fomentar a inclusão do tema do trabalho infantil nas capacitações de CTs, CMDCA e demais estruturas do SGD.	2017 2027	CMDCA CT	Assistência Social
Buscar recursos para a efetivação das ações no combate à violência.	Previsão orçamentária assegurada na PPA, LDO, LOA para ações de combate a violência infanto juvenil, inclusive Orçamento Criança - OCA	2019	Poder Executivo	Assistência Social
Analisar os casos de vulnerabilidade de famílias do município	Realizar planejamento para o acompanhamento intersetorial das famílias em situação de alta vulnerabilidade social, através do Plano de Ação Familiar.	AC	CT, CRAS	Assistência Social
Incentivar a produção em benefício da criança e adolescente	Assessorar grupos produtivos para viabilização de empreendimento sob a ótica da economia solidária, incluindo o microcrédito no município.	2016	Poder Executivo, Sindicatos	Assistência Social
Demonstrar os direitos básicos do cidadão	Viabilizar, de forma gratuita a documentação civil (2º via de RG) dos membros das famílias em situação de alta vulnerabilidade social com plano de ação familiar realizado.	2017 2027	Poder Judiciário	Assistência Social



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Discutir sobre a violência na escola de forma mais efetiva	Promover ações de prevenção e enfrentamento às manifestações das violências no ambiente escolar por meio de projetos de intervenção realizados por cada escola.	2017 2027	-Educação -CME -CT -CMDCA	Assistência Social
--	---	--------------	------------------------------------	--------------------



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

### EIXO 3- DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

Objetivos	Ações	Prazo Execução	Corresponsável	Responsável
Reordenar os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes através da Implementação do Plano municipal de Acolhimento Institucional.	Instituir comissão vinculada ao CMDCA para monitorar/fiscalizar/qualificar os serviços de acolhimento Institucional conforme Guia de Acolhimento Institucional.	2017 2021	Assistência Social	CMDCA
Otimizar os serviços para beneficiar a criança em situação de risco.	Buscar no Sistema Judiciário a celeridade dos processos que envolvam crianças em situação de destituição do poder familiar.	AC	Assistência Social	Poder Judiciário
Viabilizar a possibilidade de espaços físicos para realizar estas ações.	Reestruturar e otimizar espaços públicos no apoio, oferta e organização de ações, projetos, programas e serviços que fortaleçam os vínculos familiares e comunitários das crianças e Adolescentes.	2017 2027	Assistência Social, Educação	Poder Executivo
Realizar campanha de valorização da família e fortalecimento de vínculos.	Mostrar a importância da família para o desenvolvimento psicossocial da criança e adolescente.	2017 2027	Educação, Saúde,	Assistência Social
Mobilizar trabalhadores para o aprimoramento profissional.	Capacitar os atores envolvidos com os Serviços de Fortalecimento de Vínculos, conforme previsto no Plano Estadual de Capacitação dos Trabalhadores do SUAS.	2017 2027	Educação e Assistência Social	Poder Executivo



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

#### EIXO 4- DIREITO À EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Objetivos	Ações	Prazo Execução	Corresponsável	Responsável
Conscientizar a importância da Educação Infantil.	Priorizar o acesso à educação infantil	2017 2027	CME, CMDCA	Educação
Estimular a formação continuada dos educadores do município.	Promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;	2017 2027	Educação	Poder Executivo Educação
Organizar a demanda na educação infantil.	Realizar e publicar, a cada ano, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;	2017 2027	Assistência Social C.T.	Educação
Valorizar a educação em tempo integral com qualidade.	Estimular de forma gradativa o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.	2027	Educação	Poder Público Educação
Sensibilizar os pais quanto à participação das atividades escolares de seus filhos.	Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escolas e as famílias;	AC	Assistência Social	Educação



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Reconhecer a importância da socialização interescolar.	Estimular o intercâmbio entre alunos, professores, e escolas para socialização de experiências e desenvolvimento de parcerias.	AC	Assistência Social	Educação
Buscar na especialidade, formas para melhor atender crianças com deficiências.	Fomentar a oferta do atendimento educacional especializado aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou super dotação,	AC	Assistência Social;	Educação, ED. Especial
Oferecer na educação básica a inclusão de crianças com deficiência auditiva	Assegurar a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica.	2017 2027	Modalidade Ed. Especial	Educação
Informar as famílias sobre o processo de desenvolvimento de suas crianças	Complementar, programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade.	AC	Assistência Social Família,	Educação
Ampliar os cuidados com crianças de 0-5 anos no âmbito escolar.	Assegurar a indissociabilidade cuidar/educar, visando o bem estar, o crescimento e o pleno desenvolvimento da criança de 0 (zero) a 5(cinco) anos.	AC	Família, CT	Educação
Incentivar o trabalho pautado em propostas pedagógicas eficientes.	Assegurar que todas as instituições públicas de Educação Infantil do Município tenham Propostas Pedagógicas formuladas com a participação efetivos profissionais da instituição e que seja revisada a cada ano letivo.	AC	CMDCA, CME	Educação



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Monitorar o desempenho dos envolvidos na educação básica	Estabelecer sistema de acompanhamento, controle e supervisão da Educação Infantil, visando ao apoio técnico-pedagógico para a melhoria da qualidade da oferta desta etapa da Educação Básica.	AC	CME	Educação
Compreender e encontrar estratégias para auxílio aos alunos com dificuldade de aprendizagem	Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar de alunos desmotivados e com falta de interesse no processo ensino e aprendizagem, bem como os alunos beneficiários de programas de transferência de renda, situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.	2017 2027	Assistência Social	Educação
Buscar medidas de esclarecimento aos pais, sobre sua participação na escola;	Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre a escola e as famílias.	AC	Assistência Social Família	Educação
Incentivar o esporte junto às crianças e adolescentes	Promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo municipal.	2017 2027	Esporte	Educação



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Ampliar e melhorar o transporte escolar	Assegurar transporte escolar a todos os alunos da zona rural, observando os critérios de atendimento preestabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, com colaboração financeira da União e do Estado, de forma a garantir a escolarização de todos os alunos.	AC	Poder Executivo	Educação
Buscar material didático pedagógico condizente com as necessidades dos alunos	Assegurar, durante a vigência deste Plano, para a rede municipal de ensino, o fornecimento de material pedagógico adequado às necessidades do trabalho educacional.	AC	Poder Executivo	Educação
Mostrar aos jovens a importância da permanência na escola, como ferramenta para alcançar uma vida mais digna na fase adulta	Estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos jovens beneficiários de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar.	AC	Assistência Social	Educação
Pesquisar e trazer novamente para escola alunos evadidos por diferentes causas	Promover a busca ativa da população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos fora da escola, em articulação com os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude.	AC	Assistência Social, CMDCA Família,CT	Educação
Trabalhar questões sobre bullying, com o objetivo de evitar a evasão escolar	Implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão.	AC	Assistência Social, CMDCA	Educação



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Incentivar a participação/usufruir dos bens culturais do município	Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques.	AC	Assistência Social Cultura, Esporte	Educação
Incentivar os jovens através do esporte.	Promover atividades relacionadas ao Esporte no município.	AC	Esporte	Educação
Incentivar a eliminação das barreiras arquitetônicas, além de atendimento condizente com suas necessidades.	Manter e ampliar programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível.	AC	Assistência Social	Educação





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

## EIXO 5- DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO E À PROTEÇÃO NO TRABALHO

Objetivos	Ações	Prazo de Execução	Corresponsável	Responsável
Implantar Programas de Aprendizagem no município.	Implantar o Programa Jovem Aprendiz, trabalho para os adolescentes na modalidade de aprendizagem, preparando jovens de 14 a 24 anos para ingressar no mercado de trabalho	2018 2020	Assistência Social	Educação Assistência Social
Implantar oferta de serviços Técnicos e profissionalizantes.	Oferta de cursos técnicos aos Filhos de pequenos agricultores ligados à agricultura familiar.	2018	Assistência Social	Educação
Implantar projetos sobre Empreendedorismo nas escolas do município.	Incentivar, dentro das escolas, o empreendedorismo juvenil para o conhecimento das diversas formas de trabalho (registro em carteira de trabalho, cooperativas, economia solidária, entre outros).	2019 2022	Assistência Social	Educação



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Informar aos jovens as possibilidades de profissão no mercado de trabalho.	Promover ações de orientação vocacional objetivando informar os jovens acerca de diversas profissões existentes e cursos profissionalizantes, de acordo com as necessidades pesquisadas no mercado regional.	AC	Assistência Social	Educação
Capacitar através de cursos profissionalizantes os jovens do município	Fomentar oferta de cursos e vagas para aprendizagem e propiciar a melhoria das estruturas das instituições existentes, por meio de articulações, parcerias e entidades da sociedade civil organizada, garantindo a inclusão de adolescente no mercado de trabalho.	2019 2021	Assistência Social	Educação
Sensibilizar o governo federal quanto às leis	Buscar via governo federal mudanças nas leis federais do Adolescente Aprendiz a fim de tornar possível o programa em municípios de pequeno porte.	2018 2020	Assistência Social	CMDCA



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Incentivar a participação dos jovens em cursos técnicos	Garantia do acesso e permanência com êxito de alunos nos cursos técnicos e de qualificação profissional, bem como sua inserção no mundo do trabalho, considerando suas habilidades, capacidade e potencialidades.	2021 2027	Assistência Social	Educação
---	---	--------------	--------------------	----------



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

## EIXO 6- FORTALECIMENTO DAS ESTRUTURAS DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Objetivos	Ações	Prazo Execução	Corresponsável	Responsável
Ampliar o acesso aos cursos EAD.	Realizar capacitações em EAD para nivelamento conceitual e prático com vistas a ampliar e melhorar a utilização da ferramenta SIPIA CT Web.	2018	Educação, CT	Assistência Social
Acompanhar os relatórios para melhor aplicação das políticas públicas que atendem as crianças e adolescentes	Analisar e monitorar a qualidade dos dados do SIPIA CT web, através da produção de diagnóstico de violação de direitos a partir dos relatórios do SIPIA CT web para subsidiar a elaboração de políticas públicas de atendimento a criança e ao adolescente.	AC	CT	Assistência Social
Fomentar a capacitação das equipes envolvidas no trabalho com crianças e adolescentes	Ofertar formação continuada em nível básico, intermediário e avançado ao Conselho Tutelar.	2018 2027	Educação CMDCA	Assistência Social



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Buscar melhoria nas condições de trabalho das equipes responsáveis pelo atendimento às crianças e adolescentes	Diagnosticar a realidade da estrutura e condições de trabalho do CT, visando à melhoria das condições de atendimento à criança e ao adolescente, incentivando e monitorando o preenchimento do CENSO SGD	AC	CT	Assistência Social
Ampliar e capacitar equipe para trabalho compreendendo o valor do SGD	Estruturar equipe qualificada específica para articular com o SGD com vistas a acompanhar informações, produzir relatórios, planejar e incorporar estudos para monitoramento da Política da Criança nos próximo 10 anos	2017 2027	CMDCA,CT, Poder Público	Assistência Social
Obedecer aos prazos para atender o planejamento das atividades	Produzir relatório de monitoramento baseado nos indicadores e prazos previstos sobre as ações do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente	2018 2020 2022 2024 2026	CMDCA, Educação, Saúde	Assistência Social



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Valorizar a participação dos jovens nos CMDCA	Incentivar a manutenção da participação de adolescentes no CMDCA.	AC	CMDCA	Assistência Social
Preparar os jovens para participar das discussões pertinentes aos seus direitos	Qualificar adolescentes para participação nas conferência dos Direitos, Fórum e eventos similares	AC	CMDCA	Assistência Social
Levar a comunidade civil a compreender a importância das ações contidas no Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente.	Apresentar o Plano Decenal incentivar a sociedade civil a acompanhar o desenvolvimento das ações e metas estabelecidas no Plano Decenal.	AC	CMDCA	Assistência Social
Informar a sociedade em geral sobre as ações desenvolvidas junto às crianças e Adolescentes	Promover audiências públicas do poder legislativo visando divulgar e dar maior transparência as ações dos parlamentares referentes às políticas públicas para criança e o adolescente.	2017 2026	Poder Legislativo	Assistência Social



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

## EIXO 7- REFORMA POLÍTICA DOS CONSELHOS DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Objetivos	Ações	Prazo de Execução	Corresponsável	Responsável
Capacitação continuada para os conselheiros do CMDCA	Garantir que o município promova ou facilite cursos de capacitação para os conselheiros do CMDCA uma vez ao ano, prevendo no orçamento da Assistência Social.	2017 2027	CMDCA	Assistência Social
Informação aos munícipes dos trabalhos desenvolvidos pelo CMDCA.	Divulgação de todos os trabalhos realizados pelo CMDCA.	2017 2027	CMDCA	Assistência Social
Organizar o trabalho em rede.	Ampliar e reestruturar a articulação com o Conselho Tutelar, com a elaboração de protocolo de atendimento e encaminhamento com a rede de serviço;	2017 2027	CT CMDCA	Assistência Social



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO  
ADOLESCENTE - CMDCA  
RUA CRAVO, Nº. 670 - UNIFLOR-PR.

Buscar conhecimento teórico sobre o Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente.	Os conselheiros deverão aprofundar-se conteúdo do Plano Decenal dos Direitos Criança e Adolescente, para acompanhar monitorar o andamento do mesmo.	2017 2027	CMDCA CT	Assistência Social
--	---	--------------	-------------	-----------------------





## 5- ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO





## **5- ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

O processo de avaliação costuma ser desafiador na vida das organizações. Precisa-se adotar o hábito de avaliar sempre todas as ações desenvolvidas no que diz respeito às políticas públicas. Isto se faz, compartilhando experiências que também podem ajudar a construir aprendizagens, comunicar resultados, mobilizar recursos e planejar o futuro.

A avaliação é um processo sistemático de análise das ações, características e resultados de uma política, programa ou projeto, a partir de critérios definidos, que visam determinar seu mérito ou relevância, sua qualidade, utilidade ou efetividade, gerando recomendações para sua correção ou melhoria.

A avaliação faz parte de um processo de planejamento da política social, o qual permite escolher entre diversos projetos de acordo com sua eficiência, eficácia e efetividade, além de possibilitar a análise dos resultados obtidos por esses projetos, criando a possibilidade de retificar as ações e reorientá-los em direção ao fim esperado. Além disso, o processo de avaliação pode auxiliar na democratização da sociedade, pois a acessibilidade a informações e a divulgação dos resultados obtidos são instrumentos fundamentais para que a maioria possa participar e decidir sobre os rumos sociais.

A organização do trabalho como atividade que reúne diferentes atores é afetada por esta diversidade de concepções, interesses, valores. Disto deriva a necessidade de construção de acordos mínimos para que se balizem as decisões que são tomadas, sem os quais se podem comprometer a eficácia do trabalho planejado. A avaliação do trabalho imposto neste documento merece atenção especial visando monitorar e avaliar se os objetivos e ações estão sendo alcançados, lembrando ainda, que o Plano Decenal dos Direitos da Criança e Adolescente estabelece prazos para a execução de suas metas, por isso, se faz necessário que todos os envolvidos no processo de efetivação das ações contidas no Plano, tenham constante reflexão, pois, crianças e adolescentes compõem uma



sociedade em movimento, com necessidades que se transformam no tempo e no espaço.

O Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente, como foi mencionado, é um documento que estabelece um planejamento de longo prazo, para os próximos dez anos, ao município de Uniflor, inclusive à sociedade civil organizada, para que haja a congregação de esforços, recursos e ações, com metas e indicadores de monitoramento, integrando as políticas públicas direcionadas à efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Visando à efetiva implementação do Plano Decenal, com relação à efetivação dos direitos das Crianças e dos adolescentes, há a necessidade de atividades de acompanhamento, monitoramento e avaliação bem estruturadas e desenvolvidas por equipe técnica de cada órgão envolvido.

O acompanhamento deve ser entendido como um processo permanente, que ocorrerá ao longo de todo o período de execução do Plano Decenal, sendo que os responsáveis pelas ações deverão acompanhar atentamente cada etapa de sua implementação, promovendo o registro contínuo da realização das ações, e criando, assim, bases estruturadas para o monitoramento.

No exercício de sua atribuição de controle social, a sociedade civil organizada será convidada para participar de todo o processo de monitoramento e avaliação. Ainda visando à transparência, à credibilidade, bem como informar a população sobre o Plano Decenal, estão previstos dois seminários, em 2019 e 2024, nos quais serão apresentados os resultados obtidos.



## REFERÊNCIAS

**AQUINO**, Rubem. CECCON, Claudius. MENDES, Francisco. NAEGELI, Lucia. Brasil: Uma história popular. Rio de Janeiro: Record, 2003.

**ARIÈS**, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

**BRASIL**. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Brasília, 2009.

**BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

**BRASIL**. Lei nº 8.742, de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Brasília, 1993.

**BRASIL**. Lei nº 12.594/2005. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Senado Federal, 2006.

**BRASIL**. Lei nº 8.069/1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Senado Federal, Brasília, 2011.

**BRASIL**. Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo. Vidas em risco - assassinato de crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro, MNMMR/IBASE/NEV-USP, 1991.

**CHIOZZINI**, Daniel, História Social da Criança e da Família, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico.

**CURY**, Munir; AMARALE SILVA, Antônio Fernando do; MENDEZ, Emílio García. Estatuto da criança e do adolescente comentado. São Paulo: Malheiros Editores, 2002.

**DIMENSTEIN**, Gilberto. O cidadão de papel: A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. São Paulo: Ática, 1993.

**GONZÁLEZ**, Rodrigo Stumpf, CRIANÇA TAMBÉM É GENTE: a trajetória brasileira na luta pelo respeito aos Direitos Humanos da infância e juventude.



Disponível em: [www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)

**LAJOLO**, Marisa. Infância de papel e tinta. São Paulo: Cortez, 1997.

**MELLO**, Suely Amaral, Infância e Humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural. Editora Perspectiva- Florianópolis- 2007.

**RANGEL**, Patrícia Calmon; VAGO CRISTO, Keley Kristiane. Breve histórico dos direitos da criança e do adolescente. Os direitos da criança e do adolescente, a lei de aprendizagem e o terceiro setor. Disponível em: [http://www.prt17.mpt.gov.br/n\\_aprendiz.html](http://www.prt17.mpt.gov.br/n_aprendiz.html)

**UNICEF** – Fundo das Nações Unidas para a Infância, escritório Brasil - Legislação, Normativas, Documentos e Declarações sobre os Direitos da Criança: <http://www.unicef.org/brazil/declaracoes.htm>

**Fórum Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente:**  
[www.forumdca.org.br](http://www.forumdca.org.br)

**Plano Municipal de Assistência Social- 2014/2017**

**Plano Municipal de Educação**